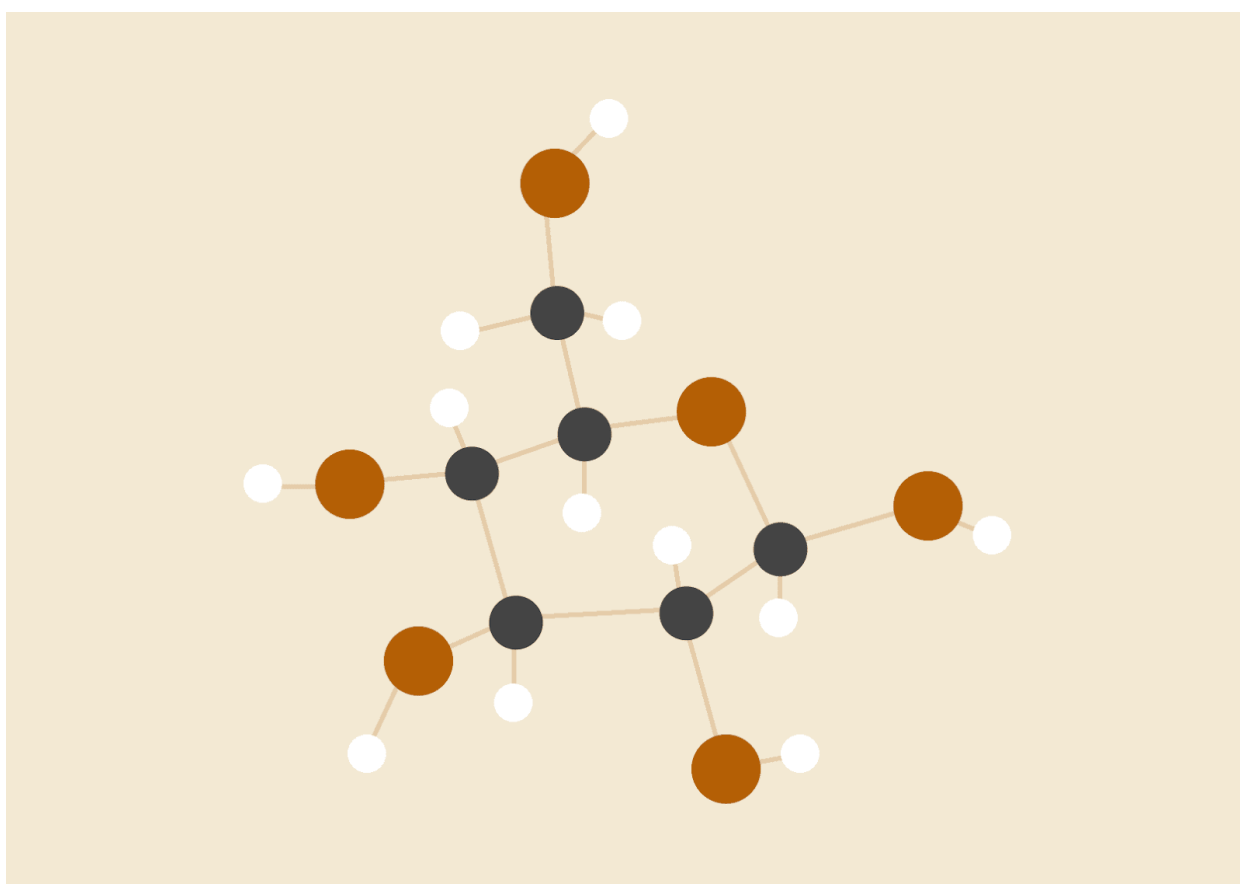




**Plano de Internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Jurídicas (PIPPGCJ/UFPB)**

Referência para o Planejamento Estratégico e a Autoavaliação



**Profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges
Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima
Gestão do PPGCJ/UFPB
(2017-2020)**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
I INTERNACIONALIZAÇÃO: CONCEPÇÕES, MISSÃO, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	06
II HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA: A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO ESTRUTURANTE.....	15
2.1 PPGCJ, UFPB: UM PROGRAMA CAPES, PRINT.....	24
2.2 PRESENÇA DE PROFESSORES VISITANTES INTERNACIONAIS E NACIONAIS NO PROGRAMA INCENTIVADA POR EDITAIS E RECURSOS PRÓPRIOS DA UFPB.....	25
2.3 A REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO.....	27
2.4 OS GRUPOS DE PESQUISA DO PPGCJ E AS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	29
III ATUAÇÃO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PPGCJ: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE COLABORAÇÃO E DE MOBILIDADE ACADÊMICA, DE PRESENÇA DE PROFESSORES E ALUNOS INTERNACIONAIS, DO PERFIL DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE DESTINAÇÃO E RECEPÇÃO, DE PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA INTERNACIONAL E CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO.....	38
3.1 LABIRINT (Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade).....	38
3.1.1 A ATUAÇÃO DO LABIRINT NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA.....	42

3.2 NÚCLEO DE PESQUISA MARXISMO, REALISMO E DIREITO.....	44
3.2.1 A ATUAÇÃO DO NÚCLEO MARXISMO, REALISMO E DIREITO NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA.....	45
3.3 CONSÓRCIO LATINOAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	47
3.4 GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA DO DIREITO E CONSTITUCIONALISMO.....	48
3.4.1 A ATUAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA DO DIREITO E CONSTITUCIONALISMO NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA.....	50
3.5 GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE.....	52
3.5.1 A ATUAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA.....	54
3.6 INSTITUTO DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL (IDCC).....	57
3.7 GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS E SABERES AMBIENTAIS – HOMENAGEM A ENRIQUE LEFF: SUSTENTABILIDADE, IMPACTOS, RACIONALIDADE E DIREITOS – ESAEL.....	58
3.8 GRUPO DE PESQUISA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE VIOLÊNCIA E DIREITO.....	61
3.9 NÚCLEO PARA PESQUISAS E OBSERVADORES DE DIREITO (NUPOD).....	63
IV RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO: UMA DIMENSÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PPGCJ: PROCESSOS COM PARECER DE MÉRITO ENVIADOS À PRPG (2017-2020).....	69

PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

REFERÊNCIA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A AUTOAVALIAÇÃO

(Gestão 2017/2020)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado em Direito Econômico, Mestrado em Direitos Humanos e Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento) do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB), por intermédio da sua coordenação, profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges e prof. Dr. Newton de Oliveira Lima e equipe, elaborou um Plano de Internacionalização com o **diagnóstico e mapeamento das ações de internacionalização** promovidas pelo programa, da **produção intelectual destacada** desenvolvida por docentes, discentes e egressos, das ações de **articulação da pós com a graduação**, da **inserção social e visibilidade do programa**, das ações de **interação com a educação básica (ensino médio, fundamental e formação de gestores escolares)**, da **infraestrutura e do acervo acadêmico**, do acompanhamento dos egressos concernente a **destino e à posição**, das **ações inter-institucionais** que evidenciam indicadores de **solidariedade** e de **espalhamento territorial (regional, nacional e internacional)** do PPGCJ por intermédio, sobretudo, do **DINTER/UFPI**, dos processos de **reconhecimento de título estrangeiro e dos discentes em doutorado sanduíche e em cotutela e que obtiveram a dupla titulação**. Todo esse mapeamento constitui instrumento para o **planejamento estratégico e autoavaliação** do programa no período do ciclo avaliativo de 2017-2020, definindo o **horizonte da internacionalização do programa**.

O objetivo dessa elaboração advém da necessidade do planejamento estratégico do programa alinhado ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020, PNPG/CAPES), ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Paraíba (PDI/UFPB) e às diretrizes de avaliação da CAPES, com aporte em prática de autoavaliação regular e fundamentada em dez instrumentos: 1. Mapeamento das **ações de internacionalização** e da **produção intelectual internacional e nacional dos docentes e discentes**; 2. Mapeamento dos **egressos** do programa de 2015 a 2019; 3.

Mapeamento da **inserção social** do programa; 4. Mapeamento da **produção dos bolsistas**; 5. Mapeamento da **produção intelectual nacional** dos docentes e dos alunos; 6. Mapeamento das **ações de articulação da pós-graduação com a graduação**; 7. Mapeamento das **ações de interação com a educação básica** ou outros setores da sociedade; 8. Mapeamento das **ações do DINTER** entre a UFPB e a Universidade Federal do Piauí; 9. Mapeamento do **acervo acadêmico e da infraestrutura** disponível; 10. Mapeamento dos processos de reconhecimento de título estrangeiro efetuados pelo PPGCJ/UFPB.

A par desse objetivo, se faz necessário, preliminarmente, como parte fundamental de todo **planejamento estratégico**, fundamentado em **autoavaliação regular**, realizar um diagnóstico capaz de servir como uma **radiografia** das ações desenvolvidas pelos **grupos e/ou núcleos de pesquisa** do PPGCJ em termos de: formação de **redes colaborativas internacionais de pesquisa**, proveniente de convênios interinstitucionais de cooperação internacional, caracterizada por ações conjuntas de média e longa duração que resultem em publicações em coautoria internacional, em periódicos estrangeiros e em publicações em língua estrangeira; missões de pesquisa, visitas técnicas em centros de excelência em pesquisa estrangeiros; mobilidade internacional de docentes e discentes do programa; a submissão de projetos de pesquisa a linhas de financiamento no Brasil e no exterior; publicações conjuntas de pesquisadores do programa com estrangeiros em periódicos indexados, constantes no *Qualis* Referência, com fator de impacto; internacionalização das três linhas de pesquisa do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento.

O mapeamento e o planejamento estratégico conferem suporte à **autoavaliação** do programa nos quesitos: internacionalização e seus produtos intelectuais; intercâmbio regular de docentes e discentes; cotutelas e duplas titulações de discentes; convênios de cooperação acadêmica celebrados, presença orgânica de docentes estrangeiros no programa.

Para além de promover o mapeamento do estado da arte das experiências em curso do programa, esse diagnóstico contribui para fundamentar o planejamento estratégico da gestão, com estabelecimento da missão, objetivos, estratégias e metas, na perspectiva da consolidação das ações de internacionalização do programa, conferindo suporte às **atividades de governança**, de forma objetiva, sobre a alocação de recursos

públicos com fundamento na eficiência, transparência, publicidade, legalidade, princípios norteadores da administração pública federal, conforme art. 37 da Constituição da República de 1988 e com fundamento no expertise científico de cada grupo e núcleo de pesquisa, traduzido nos projetos e nas publicações produzidos.

I INTERNACIONALIZAÇÃO: CONCEPÇÕES, MISSÃO, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Uma das questões fundamentais que norteia o **planejamento estratégico** do programa têm sido as **ações de internacionalização** na perspectiva da formação de um **programa com compromisso institucional com** a internacionalização e atento aos desafios da produção do conhecimento com inserção local, regional, nacional e sua visibilidade. Preliminarmente, se faz necessário explicitar as questões: a emergência dos processos de internacionalização e o **porquê, para quê e para quem internacionalizar?**

Destaca-se, de início, que o processo de internacionalização da educação superior tem como marco fundante o chamado Processo de Bolonha europeu, realizado a partir da década de noventa do século XX. Esse processo se fundamentou em reuniões multilaterais com chefes de Estado e ministros da Educação no espaço geopolítico europeu e em produção profícua de documentos e normativas (BORGES, 2018).

O Processo de Bolonha, de fato, se constitui como um movimento precursor na estratégia de convergência política em torno de uma área prioritária da Economia Baseada no Conhecimento (EBC), caracterizada pelos seguintes aspectos: economia em que a maior parte da produção e do emprego se concentra no setor terciário, nos serviços intensivos em conhecimento, como educação, saúde, I&D (Inovação e Desenvolvimento); substituição dos operários da indústria por trabalhadores do conhecimento; generalização do uso das novas tecnologias da informação e comunicação; sistemas produtivos dependentes de inovação e que impulsiona as atividades a ela vinculadas (MURTEIRA, 2004).

Nesse cenário, o paradigmático Processo de Bolonha europeu se constitui em atos de integração pioneiros em torno de uma área prioritária na EBC, em matéria de oferta de serviços educacionais, mobilidade de estudantes, de professores e consumo no estrangeiro. Nessa perspectiva, as recomendações presentes em alguns documentos são fundamentais para a configuração da estratégia de convergência na perspectiva educacional e da investigação no espaço geopolítico europeu. Nessa estratégia, são afirmados compromissos no documento *Magna Charta Universitatum* (1988) e na *Declaração de Sorbonne* (1998).

A discussão de algumas temáticas, presentes na estratégia de convergência construída a partir da Declaração de Bolonha (1999), documento-símbolo do Processo de Bolonha europeu, é antecipada nos documentos supracitados. Faz-se necessária, portanto, sua análise no tocante às temáticas inseridas na agenda multilateral acerca da matéria e às recomendações sugeridas para o estabelecimento de uma agenda de cooperação em educação superior no contexto da EBC.

No documento *Magna Charta Universitatum* (1988), assinado pelos reitores das universidades europeias, discute-se o papel da universidade numa sociedade em mudança e internacional, antecipando uma discussão recorrente nos documentos construídos a partir do acordo de Bolonha. Na sociedade marcada por globalizações e onde o conhecimento se constitui numa ‘mercadoria’ de grande valor, as instituições de educação superior são chamadas a desempenhar novos papéis, diante das demandas criadas pelas necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento da economia europeia.

No espaço geopolítico europeu, a discussão sobre a construção da Europa do Conhecimento coloca novos desafios para a universidade, sendo esta interpelada a contribuir no processo de convergência nos aspectos culturais, sociais e, principalmente, no desenvolvimento econômico. No referido documento, não obstante ter sido elaborado em 1988, encontra-se presente a discussão do papel da universidade no processo de desenvolvimento econômico, temática reiterada na agenda multilateral sobre a instituição universitária a partir da Declaração de Bolonha (1999) e, também, nas recomendações das organizações internacionais, sobretudo do Banco Mundial e da OMC.

No documento em análise, as universidades são definidas como centros de cultura, conhecimento e pesquisa, e são guiadas pelos princípios da autonomia; produção do conhecimento; unidade entre ensino e pesquisa; independência em relação às autoridades externas, tanto econômicas como políticas; liberdade acadêmica. Trata-se de uma concepção de universidade pautada em princípios republicanos, que enfatizam a autonomia e a liberdade acadêmica como aspectos que distinguem uma instituição universitária.

Com base nessa concepção, os reitores das universidades europeias sugerem recomendações, tais como: contratação de professores, com ênfase na inseparabilidade da pesquisa e do ensino como critério de contratação; necessidade de congregação de projetos, garantindo-se a troca de informações e documentos como base para a

realização do progresso da produção do conhecimento e dos processos de aprendizagem; mobilidade de professores e alunos, sendo necessária uma política de equivalência de títulos e de exames para efetivar essa mobilidade e a necessidade de a instituição universitária transcender barreiras geográficas e políticas.

Nessa concepção, encontram-se presentes características mais próximas de um modelo *humboldtiano* de instituição universitária, que enfatiza a produção de pesquisa como aspecto fundamental e que distingue uma instituição como universidade. A inseparabilidade entre ensino e pesquisa, mobilidade, política de equivalência e integração europeia são temáticas dominantes na agenda de Bolonha, sendo trabalhadas de forma mais detalhada e até ampliadas com a finalidade de efetivação da Área Europeia de Ensino Superior e da Europa do conhecimento.

Não obstante as especificidades do contexto econômico, social e político, na *Declaração de Sorbonne* (1998), compromisso firmado por ministros de educação europeus (Alemanha, França, Itália e Reino Unido), dez anos após a elaboração do documento *Magna Charta Universitatum*, é colocado o discurso do papel da universidade na construção das dimensões intelectuais, culturais, sociais e técnicas do continente europeu. Nesse sentido, o papel da universidade é ampliado para além da dimensão da produção do conhecimento, sendo chamada, no contexto de uma sociedade cada vez mais internacional, a desempenhar papéis referentes a outras dimensões, sobretudo quanto aos aspectos relativos ao processo de desenvolvimento social e econômico e à construção da Europa do conhecimento.

Nesse contexto, algumas recomendações são indicadas: circulação livre de estudantes e professores; abolição das barreiras para concretizar a mobilidade e a cooperação no espaço europeu de ensino superior; e reconhecimento internacional dos sistemas de ensino superior europeus. Para a efetivação da mobilidade, são colocadas como propostas a utilização do esquema de créditos *European Credit Transfer System* (ECTS), tanto para a troca como para a acumulação, e a organização dos graus acadêmicos em dois ciclos principais, com a finalidade de facilitar comparações e equivalências de títulos.

Percebe-se que, no documento em análise, recomenda-se uma concepção de universidade no contexto de políticas de convergência no quadro europeu. Trata-se de uma concepção que enfatiza o papel da universidade no âmbito de uma sociedade global e pautada na EBC. Nesse contexto, as instituições universitárias são chamadas a exercer papéis referentes, sobretudo, à formação de cidadãos qualificados para o mercado de

trabalho, oferecendo as competências necessárias às demandas desse mercado. Outra exigência feita à universidade diz respeito à produção de conhecimento na perspectiva das necessidades do setor produtivo. Dessa forma, a universidade é pressionada a desenvolver a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, vinculada aos imperativos do desenvolvimento econômico, sendo, inclusive, utilizada a sua capacidade de produzir inovação tecnológica como critério de avaliação do desempenho da instituição.

Nos documentos *Magna Charta Universitatum* e *Declaração de Sorbonne* são realçadas concepções de universidade na perspectiva de construção de uma Europa mais ampliada, nas dimensões sociais, econômicas, técnicas e culturais em contexto de convergências. Nesse contexto, as instituições universitárias são pressionadas a exercer tarefas diferentes daquelas que tradicionalmente desempenham. A questão que se coloca se constitui, fundamentalmente, na produção de produtos universitários voltados ao desenvolvimento da economia europeia, contribuindo para a melhoria de sua competitividade global. Mesmo no documento *Magna Charta Universitatum*, em que os princípios republicanos são mais enfatizados, algumas temáticas são introduzidas e estas diferem e se distanciam desses princípios, como é o caso da temática da inovação tecnológica atrelada ao desenvolvimento da pesquisa na universidade. Com a distância temporal de dez anos, nos referidos documentos, apesar de discutirem concepções similares - as questões referentes à abolição de barreiras, à mobilidade, ao reconhecimento internacional e à política de equivalência de títulos -, são introduzidas necessidades que são ampliadas no contexto de discussão do Processo de Bolonha.

A agenda do Processo de Bolonha pauta-se numa plataforma que prioriza o reforço da convergência europeia na perspectiva educacional, com ênfase na construção da Europa do Conhecimento e da Área Europeia de Investigação (Borges, 2013). Segundo Parecer do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), a agenda Bolonha teve o mérito de contribuir “para a convergência dos sistemas de ensino superior na Europa” (CESE, 2012, p. 144) em torno de questões cruciais, sobretudo no tocante aos avanços do conhecimento científico e ao seu vínculo com as demandas de competitividade da economia europeia.

Na agenda Bolonha, é reiterada a necessidade de produção da pesquisa aplicada, se constituindo em pauta prioritária nas recomendações elaboradas nos documentos aprovados após a Declaração de 1999, os quais compõem o quadro de orientações do

referido processo. Quadro em que as instituições de ensino superior são pressionadas a produzir conhecimentos passíveis de exploração pelas demandas da EBC.

De fato, o Processo de Bolonha constitui uma referência no debate sobre a convergência de sistemas de educação em espaços geopolíticos regionais e, sobretudo, quanto à temática da produção da inovação pela universidade. Um quadro normativo é construído, inclusive no Brasil, para dar suporte aos projetos de produção da inovação, ciência e tecnologia e às interações entre as universidades e as empresas (Borges, 2015).

Além disso, cooperações em espaços regionais sobre a matéria são reforçadas com a criação de novos grupos com impactos geopolíticos, além das fronteiras europeias (Borges, 2013). Os impactos podem ser mensurados em várias dimensões. Uma delas consiste nas iniciativas e no reforço da cooperação em matéria de educação superior, como é o caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), cujo tratado constitutivo - o Tratado de Assunção (1991) - foi assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com vistas à construção de estratégias convergentes nos setores da circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Mais recentemente, a pauta da cooperação do MERCOSUL tem-se ampliado para temas como o Código Aduaneiro, Tarifa Externa Comum, Sistema de Solução de Controvérsias e a intensificação da perspectiva da educação como um setor estratégico no quadro de fortalecimento das políticas de integração regional. Além da ampliação da agenda, o MERCOSUL tem firmado negociações extrarregionais com a União Europeia, com a inclusão de novos temas na pauta da política externa brasileira. Além disso, o MERCOSUL tem firmado pautas de cooperação com outros países e blocos geopolíticos e econômicos.

Nesse cenário, se constitui o grupo emergente BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, a África do Sul). A característica comum entre esse grupo e a União Europeia é o fato da convergência começar pela via econômica e política e se ampliar para a área educacional. Fato este que expressa a centralidade da educação superior e de seu papel estratégico na EBC, papel afirmado na 6.^a Cúpula do BRICS, realizada em 2014, no Brasil, não obstante as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento entre os países-membros do grupo (STUENKEL, 2017).

Não obstante o BRICS ser um grupo político recente – a 1.^a Cúpula foi realizada em 2009 e o ingresso da África do Sul ocorre em 2011 –, o grupo tem realizado reuniões anuais, as chamadas Cúpulas, em cada país-membro. Em cada Cúpula tem-se ampliado a agenda de cooperação considerada relevante para as economias emergentes que compõem o grupo. Na 6.^a Cúpula, sediada no Brasil, em 2014, o grupo reforça a

cooperação com a criação do Banco de Investimento do BRICS, contando, inicialmente, com um capital de US\$ 50 bilhões, capital este que subsidiará as ações estratégicas de cooperação em diversas áreas, entre elas, a educação superior e a investigação com ênfase na inovação tecnológica.

Nesse contexto, a Cúpula de Fortaleza dá ensejo a uma nova agenda estratégica do BRICS. Acompanhando um movimento iniciado em 2013, por ocasião da Consulta Ministerial BRICS-UNESCO, realizada em Paris, com a presença dos ministros de Educação dos países-membros do BRICS, firma-se um compromisso de cooperação na área de educação, com destaque à educação superior e à inovação tecnológica.

A cooperação intra-BRICS se acentua na 6.^a Cúpula, com a realização do 6.^o Fórum Acadêmico que a precedeu, sediado no Rio de Janeiro, tendo à frente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com uma plataforma dedicada ao fortalecimento da cooperação com ênfase na educação, o 6.^o Fórum Acadêmico centralizou suas discussões nas temáticas relacionadas à produção da ciência, tecnologia e aos desafios da inovação no BRICS, com destaque às relações entre universidade e empresa na promoção da inovação.

O Fórum Acadêmico, o Consórcio de *Think Tanks*, bem como Ciência e Tecnologia constituem as principais áreas de cooperação do BRICS. O Conselho de *Think Tanks*, estabelecido em 2013, é constituído pelas seguintes instituições: IPEA (Brasil), *National Committee for BRICS Research* (Rússia); *Observer Research Foundation* (Índia); *China Center for Contemporary World Studies* (China); e *Human Sciences Research Council* (África do Sul). A Declaração de Fortaleza (2014), documento elaborado na 6.^a Cúpula do BRICS, ressalta a centralidade da educação superior, ao afirmar o necessário estabelecimento da Rede Universitária do BRICS, liderada pela Federação Russa.

As estratégias multilaterais supracitadas indicam uma agenda de fortalecimento da convergência com ênfase na educação superior, inovação tecnológica e na internacionalização de programas de educação elaborados por Estados. Suscita, também, questões concernentes aos processos de internacionalização em curso promovidos por universidades brasileiras. Assim, se faz necessário problematizar: o porquê, para quê e para quem internacionalizar?

Uma **prática tradicional de internacionalização** a define como um intercâmbio esporádico em que professores e discentes vivenciam um determinado

período em uma instituição estrangeira, sem maiores preocupações em inserir essas práticas no quadro de um planejamento estratégico, com missão, objetivos, estratégias e metas a ser concretizados, com foco em resultados e sem articular com as questões locais, regionais e nacionais e, muito menos, com a geração de produtos passíveis de traduzir a produção de conhecimento transfronteiriço e em colaboração em rede.

Nos termos das **recomendações de internacionalização elaboradas pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, e com aporte nos documentos de Área (Área 26, Direito, 2019), especificamente **Perspectivas do Processo de Internacionalização dos PPGs**, são necessárias estratégias e metas que traduzam práticas consolidadas de colaboração em redes de pesquisa com resultados em publicações em coautoria e em periódicos estrangeiros, com a participação de docentes e discentes, gerando a produção de um conhecimento transfronteiriço apto a solucionar os problemas da sociedade local, regional, nacional e internacional.

Nessa concepção, para que um programa de pós-graduação seja considerado internacional é necessária a presença dos seguintes requisitos: **presença orgânica** de professores e pesquisadores estrangeiros; oferta de disciplinas em parceria com professores estrangeiros e em **idioma estrangeiro**; estabelecimento de **projetos de cooperação interinstitucional internacional**; **recepção** e presença de alunos estrangeiros matriculados no programa; alunos em dupla titulação/cotutela; alunos em doutorado sanduíche (PDSE); participação de discentes e docentes em eventos científicos internacionais de excelência; formação de cátedras, missões de trabalho (de sete a vinte dias) e/ou missão de estudo (de um mês a quatro meses) em universidades do Sul e Norte Globais; formação de redes internacionais de pesquisa com publicações estrangeiras.

Com fundamento nessa concepção e no PDI da UFPB, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas estabelece como metas a serem cumpridas:

- Formação de redes internacionais de pesquisa com celebração de convênios de cooperação acadêmica interinstitucional e presença orgânica de professores estrangeiros no programa;
- Elaboração de projetos conjuntos de pesquisa, na perspectiva da colaboração em rede de produção de conhecimento transfronteiriço que

resulte em: financiamento internacional de projetos de investigação, publicações em coautoria, com discentes e docentes, em periódicos estrangeiros indexados e com fator de impacto; publicações em coautoria em língua estrangeira;

- Articular a produção acadêmica, os projetos de pesquisa com as linhas de pesquisa do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento;
- Oferta de disciplinas em idiomas estrangeiros com a participação de docentes nacionais e estrangeiros;
- Qualificação dos professores e dos servidores técnico-administrativos do programa em idioma estrangeiro;
- Realização de missões de trabalho (de sete a vinte dias) e/ou missão de estudo (de um mês a quatro meses) em universidades do Sul e Norte Globais.
- Obtenção de cotutelas/dupla titulação;
- Estímulo à realização de doutorado-sanduíche (PDSE), com bolsa;
- Incentivo à participação dos discentes e docentes em eventos científicos de excelência no exterior;
- Incentivo à realização de estágios pós-doutorais;
- Incentivo à concorrência por linhas de financiamento de projetos de pesquisa no Brasil e no exterior;

Constituem objetivos do programa de internacionalização do PPGCJ:

1. Promover a produção do conhecimento transfronteiriço, por intermédio da cooperação científica em colaboração com o Sul e o Norte Globais;
2. Expandir a formação de redes de pesquisa, a médio e a longo prazos, com universidades parceiras tanto no Sul como no Norte Globais;

3. Articular a colaboração em redes de pesquisa e seus resultados (publicações em coautoria e em periódicos estrangeiros) com as linhas de pesquisa do PPGCJ e com a sociedade local, nacional e regional;
4. Aperfeiçoar a qualidade da produção acadêmica do programa em termos de impacto no campo de investigação;
5. Estabelecer parcerias científicas interinstitucionais em todas as linhas do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento, a saber: Linha 1 – Direitos Sociais, Regulação Econômica e Desenvolvimento; Linha 2 – Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos; Linha 3 – Teoria e História do Direito.

II HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA: A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO ESTRUTURANTE

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB) obteve sua aprovação em 1996, com a criação do Mestrado em Direito Econômico, com o início regular das atividades acadêmicas em 1997. Após nove anos de sua aprovação, em 2005, o programa se amplia com a aprovação da proposta de Mestrado em Direitos Humanos pelo **Edital de Financiamento da Fundação Ford** (Convênio UFPB, Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas – entre 10 concorrentes, foram aprovados os projetos da UFPA, UFPB e USP). Assim, obteve homologação da CAPES para implantar a segunda área de concentração do Mestrado em Direitos Humanos. Em 2010, com a aprovação do APCN de doutorado junto à CAPES, o PPGCJ passa a se constituir por duas áreas de concentração para o Mestrado (Econômico e Direitos Humanos) e pela área de concentração do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento.

Desde a sua criação, ao longo dos últimos **vinte e três anos**, o PPGCJ vem ampliado suas atividades científicas, de modo a abarcar atualmente seis linhas de pesquisa em nível de mestrado e 3 linhas de pesquisa em nível de doutorado, totalizando 9 (nove) linhas de pesquisa.

As **linhas de pesquisa do PPGCJ** apresentam perfil interdisciplinar, a partir de um **diálogo intenso e contribuição diversificada e plural das disciplinas das Humanidades**, sobretudo dos diversos saberes das ciências afins, como Economia, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, História, Ciências Sociais, Educação, entre outros. Disciplinas que, em sua maioria, integram a **matriz curricular dos cursos de graduação em Direito no país**. Nos cursos de graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, dos quais fazem parte os professores do programa, incluindo os Departamentos de Direito Público, de Direito Privado, de Prática Jurídica e o departamento mais recente, criado no contexto do REUNI, o Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ), é comum a previsão das disciplinas de Humanidades na matriz curricular, notadamente: Sociologia do Direito, Filosofia do Direito, História do Direito, Antropologia Jurídica, Psicologia Jurídica, Direitos dos Grupos Vulneráveis, Direitos Humanos, Teoria Geral do Estado, entre outras.

A essa evidência, reconhecendo a necessidade de ampliar e consolidar as contribuições nacionais e internacionais para o projeto político-pedagógico do CCJ e de modo a promover a consolidação do PPGCJ como um programa de excelência internacional, com impacto social, regional e local, se reconhece a necessidade de estabelecer trocas com instituições estrangeiras e pesquisadores que fomentem a internacionalização e a reflexão crítica acerca do momento hodierno e das transformações profundas quanto às reflexões no campo da pesquisa sociojurídica, no Brasil e no mundo.

No último triênio avaliativo (2014-2016), se verificou o alargamento das conexões com outras áreas do saber, proveniente dos avanços tecnológicos, nos campos do **Direito da Arte** e da **Nova Economia**. Esse alargamento resultou na criação de uma nova linha de pesquisa de mestrado no programa **a partir de dezembro de 2016**, a de **Transjuridicidade, Epistemologia e Abordagens pluri/inter/transdisciplinares dos Direitos Humanos**, voltada aos estudos sobre as conexões Direito e Literatura; Direito e Música; Direito e Artes Plásticas; Direito e novas tecnologias com forte impacto de internacionalização, com criação de redes de pesquisa, celebração de convênios e publicações internacionais. Além disso, um **espaço de formação de pós-graduação** foi criado no programa com ênfase na aquisição de **novas competências cognitivas**, cujo grupo de pesquisa é liderado pelo prof. Dr. Marcílio Franca, o **LABIRINT (Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade)**, do qual participam professores do programa e externos, alunos da pós, da graduação e egressos.

Segundo diagnóstico realizado pela PRPG e pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), divulgado em abril de 2017, o PPGCJ/UFPB constitui um programa com forte impacto de internacionalização em termos de formação internacional do corpo docente, atuação dos grupos e núcleos de pesquisa na perspectiva da colaboração em rede, com execução de projetos conjuntos e publicações em periódicos científicos estrangeiros, participação em eventos científicos no exterior, publicações em coautoria internacional, em língua estrangeira, e conclusão de orientações de doutorado, doutorado sanduíche e/ou em regime de cotutela, missões de trabalho no exterior nos termos da normativa e recomendações da CAPES.

Em seu histórico, o Programa obteve aprovação, na CAPES, de 4 (quatro) PROCADs, dois dos quais concluídos em 2015: PROCAD UFPE-UFAL-UFPB, com o

título **O judiciário e o discurso dos direitos humanos**, cujo coordenador local foi o professor Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst, e o PROCAD UFSC-UNIFOR-UFPB, cuja coordenadora local foi a professora Dra. Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa, intitulado **Espaços Democráticos emancipadores e inclusão - modos de efetivação dos direitos humanos**. O primeiro PROCAD, em 2006, foi coordenado pela profa. Dra. Maria Áurea Cecato, com a UFSC, UNIMEP/Piracicaba, UNISC, na área temática dos **direitos laborais**.

Dois grandes projetos de mobilidade internacional foram aprovados com financiamento. Um projeto aprovado pelo **Edital CAPES – Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP/2014), com vigência até o ano de 2019**, tendo como instituição proponente a UFPB/PPGCJ e a instituição receptora a Universidade Eduardo Mondlane – UEM (Moçambique), coordenado pelo professor Dr. Enoque Feitosa Sobreira Filho. Esse projeto envolveu missões de trabalho em Moçambique e missões de estudo (3 discentes da graduação da UFPB na UEM, 1 mestrando da UFPB na UEM, 1 docente do PPGCJ da UFPB na UEM, 2 docentes da UEM na UFPB, 2 discentes da graduação da UEM na UFPB, 1 mestranda da UEM na UFPB).

O segundo projeto foi aprovado pela **Fundação Open Society Angola**, coordenado pela professora Dra. Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa. Capacitou 12 (doze) mestres em direitos humanos, cidadãos angolanos para atuarem em Angola, e resultou na criação do primeiro Mestrado em Direitos Humanos daquele país, aprovado pelo Ministério do Ensino Superior de Angola, demonstrando a inserção do PPGCJ para além do campo acadêmico brasileiro, evidenciando uma cooperação de pesquisa e de pós-graduação transfronteiriça, com impacto, sobretudo, na cooperação acadêmica Sul-Sul.

Um patrimônio acadêmico acumulado que gerou **ações estratégicas para o ciclo avaliativo atual (2017-2020)**. Primeiramente, o PPGCJ é regulamentado pela **Resolução 64/2016** do CONSEPE, normativa vigente **a partir de dezembro de 2016**, que **reformulou o projeto pedagógico do programa e sua estrutura curricular**. Dessa forma, **o PPGCJ inicia o quadriênio avaliativo em curso com novo regramento e com matriz curricular mais atualizada** e se estrutura da seguinte maneira:

I. Mestrado: área de concentração em Direito Econômico

- a) Linha de pesquisa: história do direito, constitucionalismo e desenvolvimento econômico;
- b) Linha de pesquisa: Estado, mercado e sujeitos sociais: juridicidade e economicidade;
- c) Linha de Pesquisa: Direitos sociais, biodireito e sustentabilidade socioambiental.

II. Mestrado: área de concentração em Direitos Humanos

- a) Linha de Pesquisa: Fundamentos teórico-filosóficos dos direitos humanos
- b) Linha de Pesquisa: Direito internacional dos direitos humanos, Estado democrático de direito e cidadania, gênero e minorias
- c) Linha de Pesquisa: Transjuridicidade, epistemologia e abordagens pluri/inter/transdisciplinares dos direitos humanos

III. Doutorado: área de concentração em Direitos Humanos e Desenvolvimento

- a) Linha de Pesquisa: Direitos sociais, regulação econômica e desenvolvimento
- b) Linha de Pesquisa: Inclusão social, proteção e defesa dos direitos humanos
- c) Linha de Pesquisa: Teoria e história do direito – teoria e história dos direitos humanos (em reestruturação para conferir maior internacionalização ao programa). Em regime de co-tutela e dupla titulação com a Universidade de Florença, Itália.

Atualmente, se encontra em tramitação **uma nova revisão do projeto pedagógico do PPGCJ**, aprovada no colegiado do programa e no Conselho de Centro do CCJ, pendente de aprovação para 2020 no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e

Extensão (CONSEPE, UFPB). Essa nova atualização se concentra nas necessidades de produção de pesquisa, ensino e extensão concernentes à linha 1 do Mestrado História do Direito e à linha 3 do Doutorado em cotutela com a Universidade de Florença, Itália.

A linha 3 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento do PPGCJ, UFPB foi aberta para o **quadriênio avaliativo Capes 2017-2020**. Abrange um **Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba, Brasil, e a Universidade de Florença, Itália**, firmado desde 2002, em reforço de algumas construções teóricas fundamentais e de alguns projetos de pesquisas, nas áreas jurídicas e socioeconômicas, capazes de gerar estudos aptos a se abastecer mutuamente de dados, casos e abordagens doutrinárias, em perspectivas acadêmicas que, em regime de cotutela, garantam relevância e maturidade aos enfoques tratados.

Explica-se, de início, que, como resulta de um Acordo de Cooperação, o título dessa linha refletia a exata designação do Departamento de Teoria e História do Direito, que abrigava o doutorado em Direitos Humanos da Universidade de Florença. Ocorre que, mesmo em Florença, no ano de 2016, a denominação do Departamento foi alterada. Dessa forma, a linha 3 passa por uma revisão e adquire um novo nome e uma nova abordagem, a saber: **Linha 3 – Teorias dos Direitos Humanos, Direito e Sociedade: genealogia e perspectivas do pensamento jurídico**, com vigência a partir de 2020. Fato que indica o compromisso do PPGCJ com a **atualização do seu projeto pedagógico com aporte em autoavaliação regular**.

Por outro lado, e o mais importante é que, da parte da UFPB, a partir das pesquisas doutorais cadastradas e das vinculações docentes a esses projetos, passou-se a perceber que o principal enquadramento teórico da linha de pesquisa 3 do doutorado ajusta-se mais adequadamente ao **contexto teórico de Direito e Sociedade (*Law and Society*)**, em perspectiva melhor adaptada à temática maior de Direitos Humanos e Desenvolvimento, área de concentração do doutorado, criada em 2010, devidamente consolidada. Desse modo, a contextualização histórica, a despeito da relevada importância, se dilui no **arquétipo político-jurídico-sociológico** dos temas abordados.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, as principais sustentações da linha 3 do doutorado abrangem o caráter ideológico da distinção entre direito e política na sociedade ocidental, que caracteriza a tradição jurídico-política a partir do século XVIII do último milênio, sob o viés conceitual e da linguagem.

A linha que representa o Acordo Internacional UFPB – UNIFI impacta positivamente em ambos os programas de doutorado por alguns motivos. Em primeiro lugar, cabe mencionar que esse Plano Acadêmico deriva de um Acordo de Mútua Cooperação que teve início em 2002, liderado pelo jusfilósofo **Danilo Zolo**, então coordenador do Centro Jura Gentium.

a) Centro Jura Gentium, fundado em março de 2001, se constituiu em associação de pesquisa em março de 2006. Publica a Revista Jura Gentium (ISSN 1826-8269) e, em colaboração com a Editora Feltrinelli, divulga sua coleção de teses e monografias. O Jura Gentium também organiza Encontros e Seminários semestrais e promove debates *on line*.

Suas principais linhas de pesquisa abrangem:

War, Law, and Global Order

A cura di Tecla Mazzaresse

Philosophy and History of International Law

A cura di Stefano Pietropaoli e Filippo Ruschi

Theories of Human Rights

A cura di Luca Baccelli

Economics of globalisation

A cura di Nicolò Bellanca

Plural Islam. Law, politics and society

a cura di Orsetta Giolo

The Palestinian Question

A cura di Francesco Ciafaloni e Cinzia Nachira

Migrantes

A cura di Lucia Re

Rethinking the Mediterranean

A cura di Franco Cassano e Renata Pepicelli

Donne, diritto e politica globale

A cura di Orsetta Giolo e Lucia Re

Estado de direito e direitos humanos na América latina

A cura di Juan Manuel Otero e Pablo Eiroa

Law and politics in post-colonial Asia

A cura di Clelia Bartoli

Cinema e globalizzazione

A cura di Filippo Del Lucchese

b) Centro Interuniversitário de Pesquisa L'altro diritto, liderado pelo **professor Emilio Santoro, acolhe os eixos temáticos da linha 3 do doutorado do PPGCJ**, com as abordagens das **diversas vertentes da Sociologia do Direito**, nos eixos temáticos devianza, marginalità e governo delle migrazioni. O Centro L'altro diritto visa a desenvolver, promover e coordenar projetos de pesquisa nos campos sociológicos a) da sociologia da punição, sociologia do desvio; sociologia da marginalidade e sociologia das migrações; b) das políticas criminais; c) dos fenômenos discriminatórios e estratégias de contraste a isto relacionadas; e) do governo de sociedades multiculturais. Um propósito importante desse Centro é colaborar para a criação e ativação de cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados (inclusive internacionais) sobre os mesmos temas.

As pesquisas atuais em curso, **realizadas pelos alunos em cotutela da linha 3 do doutorado**, estão relacionadas a questões relativas à cidadania dos refugiados e dos migrantes; etnografia e reconceituação do disciplinamento jurídico das drogas para fins medicinais; a natureza dúplice do terrorismo e a crítica à elaboração hegemônica de seus conceitos; a relação entre direitos humanos e jogos; a deslegitimação do discurso da pós-modernidade na linguagem interrelacionada de direito e arte; o paradigma

teórico de justiça restaurativa; continuidade e descontinuidade dos discursos que envolvem diversidade, identidade, gênero e sexualidade; redefinições jurídico-penalistas da tipificação, como o transfeminicídio, entre outras abordagens.

Integram a equipe dessa linha de pesquisa do doutorado, da parte da UFPB, os professores doutores: Maria Luiza Alencar, Marcílio Franca, Gustavo Batista, Maria Creusa Borges, Adriana Dias (como colaboradora, pois é professora vinculada à UFF, RJ), Fredys Sorto, Rômulo Palitot. Da parte da UNIFI (Itália): Emílio Santoro *et al.*

Foram efetivadas, em 2019, **três cotutelas com a UNIFI**: a das alunas Cárita Chagas Gomes (orientador prof. Dr. Marcílio Franca), Maria Luiza Caxias Albano (orientador prof. Dr. Gustavo Batista), Tâmisia Rúbia Santos do Nascimento Silva (orientador prof. Dr. Rômulo Palitot). Além das já existentes: Maria Ivonete Vale Nitão (Universidade de Granada, Espanha. Orientador prof. Dr. Rômulo Palitot), Werna Karenina Marques de Sousa (Université Grenoble Alpes, França, orientador prof. Dr. Eduardo Rabenhorst), **totalizando 5 cotutelas** em curso.

O egresso Dinaldo Barbosa da Silva Júnior obteve a **dupla titulação em 12 de setembro de 2017** com a **UNIVERSITAT DE VALÈNCIA, INSTITUT DE DRETS HUMANS, PROGRAMA DE DOCTORADO EN DERECHOS HUMANOS, DEMOCRACIA Y JUSTICIA INTERNACIONAL**, Espanha, sob a orientação, no PPGCJ, do prof. Dr. Rômulo Palitot e, na Espanha, da profa. Dra. **VICENTA CERVELLÓ DONDERIS**, Titular de Derecho Penal del Dpto. de Derecho Penal de la Universidad de Valencia (ESPAÑA). O título da tese: **LOS DERECHOS HUMANOS Y EL RÉGIMEN ABIERTO EN BRASIL: PROPUESTAS PARA EL ESTADO DE AMAPÁ**.

O PPGCJ mantém essa parceria importante com o **L'ALTRO DIRITTO, CENTRO INTERUNIVERSITARIO DI RICERCA SU CÁRCERE, DEVIANZA MARGINALITÀ E GOVERNO DELE MIGRAZIONI**, ligado à Universidade de Florença (UNIFI, Itália), e coordenado pelo prof. Emilio Santoro, e do qual a profa. Adriana Dias Vieira integra, na qualidade de professora externa, desde 2017. Em 2018, a profa. Adriana Dias Vieira atua em **projetos de pesquisa** importantes aprovados pelo L'Altro Diritto:

1. Projeto JUSTICE (financiado pela Comunidade Europeia) EUPRETRIALRIGHT (2017-2019) – Improving protection of fundamental rights and accessto legal aid for remand prisoners in the European Union (Justice 2014-2020);

2. Projeto FAMI (Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione – Ministerodell’Interno) – Io non discrimino;

3. Projeto FAMI (Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione – Ministerodell’Interno) – saviorfaire;

4. Projeto ‘Law in action: il sistema di tutela dei richiedenti asilo, sviluppoedimplementazionedi buenepassi’, financiado pela Fondazione Cassa di Risparmiodi Firenze, 2017 (execução 2018).

O Acordo foi renovado com a UNIFI e passa a vigorar até 2023. Nas duas últimas versões, a cooperação internacional abrange a criação da linha 3 do doutorado em Ciências Jurídicas do PPGCJ, com vista à criação de um doutorado internacional. Esse programa decorreu da consolidada parceria do PPGCJ com a Comissão de Direitos Humanos da UFPB (criada em 1986, a mais antiga do Brasil) e com o Núcleo de Direitos Humanos da UFPB (criado em 2008), tendo gerado dez grandes Seminários Internacionais de Direitos Humanos, sendo que o primeiro ocorreu em 2002 e o mais recente em outubro de 2019 (<http://www.cchla.ufpb.br/xsidh/index.php>), com a presença de professores e alunos do PPGCJ.

Destaque-se que, em 2007, o Seminário Internacional de Direitos Humanos, realizado pelo PPGCJ com as parcerias indicadas, abrigou três eventos em um: (i) o SEMINÁRIO DO PROGRAMA ALFA (América Latina Formação Acadêmica, programa de União Europeia para a América Latina), cujo título do projeto era Human Rights Facing Security; (ii) o III ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e pós-graduação); (iii) e o IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB, sob o tema: “Democracia e educação em Direitos Humanos em época de insegurança” 03 a 06 de setembro de 2007, no CCJ, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa – PB.

O ALFA, coordenado pelos professores Danilo Zolo e Emilio Santoro, era um programa de financiamento da União Europeia de intercâmbio acadêmico, sediado pelo Departamento de Teoria e História do Direito da Universidade de Florença, com a

participação das Universidade de Pisa-Itália, Essex-Inglaterra, Minho-Portugal, Panamericana-México e Palermo-Buenos Aires-Argentina. Por ele, houve grande ação de mobilidade discente e docente do PPGCJ para os países indicados, com publicações decorrentes.

Em decorrência dessa ação, o professor Emilio Santoro foi convidado pela Reitoria da UFPB para compor o atual **Comitê Gestor do Programa Capes Print na UFPB**. São 3 avaliadores externos do Print-UFPB: um da Ohio University; outro da Université de Strasbourg; e o terceiro da Università di Firenze.

2.1 PPGCJ, UFPB: UM PROGRAMA CAPES, PRINT

Representando um **reconhecimento** da CAPES da evolução da internacionalização da UFPB e dos programas de pós-graduação contemplados, mencione-se o **Edital 41/2017**. Por intermédio desse edital, a UFPB foi selecionada pela CAPES para o financiamento das ações de internacionalização. Entre as 36 Instituições de Ensino Superior (IES) mais internacionalizadas do país. Foram 109 candidaturas e 36 aprovadas. Isto representa o **selo de internacionalização da CAPES** e o reconhecimento do **PPGCJ** como um **programa CAPES, Print**, com aporte de recursos governamentais para financiamento de Doutorado-Sanduíche (PDSE) e missões de pesquisa para docentes no exterior, fomentando a mobilidade acadêmica internacional.

Como uma contrapartida da UFPB para a CAPES no processo de aprovação do CAPES, Print, outra importante ação de internacionalização do programa consiste **na presença orgânica de professores estrangeiros, com aporte de recursos próprios da UFPB**, com base em seleção de proposta de internacionalização do programa em edital específico, com professores ofertando disciplinas bilíngues, participando de grupos de pesquisa, fomentando a presença e a mobilidade de alunos em conferências em universidades e centros de pesquisa estrangeiros e publicações internacionais.

Em 2018, o PPGCJ aprova **a primeira proposta** para presença orgânica, no programa, de professor estrangeiro. Por intermédio da publicação do primeiro edital pela PRPG para a seleção de professores visitantes, foi aprovado o **prof. Dr. Emmanuel Berger**, oriundo da Université Catholique de Louvain (Bélgica), o qual

desenvolve suas atividades acadêmicas no Grupo de Pesquisa Teoria e História do Direito, liderado pelo prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho, professor titular da UFPB e permanente do PPGCJ.

Em 2019, o programa aprova a **segunda proposta de professor estrangeiro** com perfil de internacionalização consolidada, com publicações internacionais com alto fator de impacto como uma exigência para a aprovação. Foi aprovada a **profa. Dra. Belén Olmos Giupponi**, do Reino Unido, cujo processo de contratação está em curso.

2.2 PRESENÇA DE PROFESSORES VISITANTES INTERNACIONAIS E NACIONAIS NO PROGRAMA INCENTIVADA POR EDITAIS E RECURSOS PRÓPRIOS DA UFPB

Destaca-se, inicialmente, a atuação regular e contínua de professores estrangeiros no programa incentivada por editais de financiamento oriundo de recursos próprios da UFPB, como uma contrapartida do CAPES, Print, e de recursos da própria CAPES.

A atuação regular do professor visitante estrangeiro Emmanuel Berger tem sido destacada por intermédio da sua inserção na Linha 1 do Mestrado e no **Grupo de Pesquisa História do Direito e Constitucionalismo**. Em 2018, o prof. Dr. Emmanuel Berger foi selecionado para professor visitante estrangeiro no PPGCJ nos termos do **Edital 48/10** de maio de 2018, deixando a condição de **bolsista PNPD/CAPES**. A nova condição de professor visitante permitiu a integração dos projetos de pesquisa dirigidos pelo professor Berger nos programas de pesquisa do PPGCJ e o desenvolvimento de **colaborações internacionais do programa com laboratórios europeus**. Esse processo foi iniciado em 2016, quando o professor Berger foi selecionado pesquisador pós-doutorando com **bolsa Pós-Doutorado PNPD/CAPES**.

As colaborações internacionais consistiram, em 2017, na seleção do professor Berger e do PPGCJ pelo *Netherlands Institute for Advanced Study* (NIAS-Amsterdã) para dirigir uma pesquisa sobre “The First Expansion of Criminal Jury in France, The Netherland sand Belgium (1791-1815)”. **É importante destacar que é a primeira vez que um programa de pós-graduação brasileiro foi selecionado pelo prestigioso NIAS**. Em 2017, uma nova colaboração foi iniciada com o *Centre d’Histoire Du Droit*

et d'Anthropologie Juridique (CHDAJ/Université Libre de Bruxelles) dirigido pelo Prof. Dr. Jérôme de Brouwer. O objetivo é promover os intercâmbios entre os professores e pesquisadores do CHDAJ e do PPGCJ. Um primeiro encontro foi organizado com a professora Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, coordenadora do PPGCJ, o professor Berger e os pesquisadores do CHDAJ nos dias 7, 8 e 9 de novembro 2017 em Bruxelas, Bélgica, para discutir e organizar o plano estratégico de mobilidade e de pesquisa em rede.

Em 2018, o professor Berger venceu um concurso organizado pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) para obter um **financiamento de 80,000€** (oitenta mil euros). Esse financiamento permitiu criar um grupo de pesquisa constituído em colaboração com o *Centre d'Histoire du Droit et d'Anthropologie Juridique* (CHDAJ/Université Libre de Bruxelles), o *Centre d'histoire Du droit et de la justice* (CHDJ/Université Catholique de Louvain) e o PPGCJ, UFPB. Essa colaboração em rede tem como objetivo construir uma base de dados prosopográfica internacional sobre os vários atores judiciários (juízes, jurados, advogados, acusados). Entre as colaborações internacionais as mais importantes dirigidas pelo professor Berger, convém mencionar o grupo de pesquisa *Popular Justice* que inclui quatro universidades: a Universität Regensburg (Alemanha), o Instituto Ítalo-Germânico (Itália), a Université Catholique de Louvain (Bélgica) e o PPGCJ. Esse grupo organiza, a cada três anos, um convênio dedicado à questão da história da justiça popular na Europa e na América latina.

A produção intelectual que resulta dessa colaboração em rede são publicações em língua estrangeira, as quais inserem o PPGCJ em rede internacional de pesquisa e de produção de conhecimento. Segue um extrato dessas produções:

2020 Berger, Emmanuel. “Du jury d'accusation au jury de accusation. Étude des circulations et des influences du modèle pénal de la Révolution française sur le premier jury populaire brésilien (1789-1824).” In *La France et les Amériques entre révolutions et nations, 1776-1865*, edited by Tangi Villerbu, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2020 (forthcoming)

2018 Berger, Emmanuel, and Jeanne-Laure Le Quang. “La justice face aux mesures de haute police sous le Consulat et l'Empire. De la violation de l'indépendance du pouvoir judiciaire à la collaboration entre pouvoirs.” In *Le Noeud gordien. Police et justice: du temps des Lumières à l'État libéral (1750-1850)*, edited by Marco Cicchini, and Vincent Denis, 289-312. Genève: Georg editeur, 2018.

2017 Berger, Emmanuel. “French Grand Juries in Transitional Times. 1791-1799.” In *Popular Justice in Times of Transition (19th and 20th Century Europe)*, edited by Emilie Delivré, Emmanuel Berger, and Martin Löhnig, 25-43. Bologna/Berlin: Il Mulino/Duncker & Humblot, 2017.

Berger, Emmanuel. “Héritages.” In *Les mots de la justice*, edited by Aude Hendrick, Aude Musin, Xavier Rousseaux, and Nathalie Tousignant, 24-25. Bruxelles: éditions Mardaga, 2017.

Além das publicações em língua estrangeira, Berger ocupa a posição, desde 2018, de *reviewer* para duas revistas internacionais: *American Journal of Legal History* e *Viaggatori. Circolazioni, scambi ed esilio*.

2.3 A REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E A INTERNACIONALIZAÇÃO

A Revista *Prima F@cie*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, se insere nas diretrizes de internacionalização, cujo conselho editorial e seus pareceristas demonstram a consolidação da internacionalização inerente ao programa, conforme o link <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie>. Esse periódico apresenta **exogenia** marcante e qualificada, com relações editoriais nacionais e internacionais, com a **participação dos alunos** do programa na qualidade de **assistentes editoriais**, tendo sido avaliado como **A4**, no **Qualis Referência CAPES**. O conselho editorial conta com a colaboração internacional ativa do Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, IISUNAM, México; Universidad de la República - Facultad de Derecho, Uruguai; Universidade do Minho, Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU), Portugal; Universidade de Florença, Itália; Centres d'Études et de Recherches Internationales et Communautaires, França; Universidade da Nova Inglaterra, Austrália; Faculty of Laws at University College London (UCL), Universidade de Coimbra e Reino Unido.

O **grupo de pesquisa Teoria e História do Direito**, liderado pelo prof. Dr. José Ernesto Pimentel, conduz as diretrizes de internacionalização em conjunto com o **Editor Geral**, professor Dr. Jailton Macena, e **editores adjuntos**, os professores doutores Fernando Joaquim Ferreira Maia, Leonam Baesso e Maria Creusa Borges. No período em curso (2017-2019) **foram publicados nove números, todos disponíveis no site:**

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/issue/archive>, com os seguintes dossiês temáticos, os quais traduzem as pesquisas em rede do PPGCJ e o diálogo nacional e internacional com o campo da pesquisa sociojurídica:

1. **América Latina - Direitos Sociais e políticas públicas no contexto de crises**
v. 16 n. 31 (2017)

Quadrimestral 1 - Jan. a Abr. 2017

2. **América Latina - Crise, complexidade ambiental e os direitos ambientais**
v. 16 n. 32 (2017)

Quadrimestral 2 - Maio a Ago. 2017

3. **América Latina - Teorias Pós-Coloniais, Educação e Direitos Humanos**
v. 16 n. 33 (2017)

Quadrimestral 3 - Set. a Dez. 2017

4. **Conjuntura Brasil – Governança, Democracia e Judiciário da Era Constitucional ao Tempo Presente**
v. 17 n. 34 (2018)

Quadrimestral 1 - Jan. a Abr. 2018

5. **Conjuntura Brasil - Reforma dos direitos sociais: história, retrocessos e desafios**
v. 17 n. 35 (2018)

Quadrimestral 2 - Maio. a Ago. 2018

6. **Conjuntura Brasil - Reforma política, democracia e representatividade**
v. 17 n. 36 (2018)

Quadrimestral 3 - Set. a Dez. 2018

7. **Dossiê: Constitucionalismo e perspectivas pluridimensionais dos Direitos Humanos**
v. 18 n. 37 (2019)

Quadrimestral 1 - Jan. a Abr. 2019 V. 18, n. 37, 2019

8. **Dossiê: Diálogos Democráticos À Luz Dos Direitos Humanos**
v. 18 n. 38 (2019)

Quadrimestral 2 - Maio a Ago. 2019 V. 18, n. 38, 2019

9. **50 Anos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos - Pacto de San Jose da Costa Rica**

2.4 OS GRUPOS DE PESQUISA DO PPGCJ E AS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Os Grupos de Pesquisa sediados no PPGCJ, UFPB são certificados pelo CNPq e podem ser visualizados na página oficial do programa por intermédio do link: <http://www.ccj.ufpb.br/pos/contents/menu/ppgcj/grupos-de-pesquisas>. Esses grupos, também, podem ser visualizados no link do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>.

O Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade (LABIRINT), grupo de pesquisa liderado pelos professores Marcílio Franca e Alessandra Franca, desenvolve destacada atuação internacional. Em 2017, o LABIRINT promoveu a 3ª edição do seu tradicional **Seminário sobre Direito & Música**. Naquele ano, o evento contou com a presença dos eminentes Profs. Drs. Norbert Rouland, da Université Paul Cézanne (Aix-en-Provence, França), George Sarmento, da UFAL, além de pesquisadores do LABIRINT. O Prof. Rouland é um destacado pesquisador na área da Antropologia Jurídica e há oito anos coordena um Mestrado em Direito das Atividades Artísticas em sua universidade.

Em 2018, uma parceria conjunta do LABIRINT, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, do PPGCJ/UFPB e do DATAB (Diretório Acadêmico dos Estudantes do Curso de Direito, UFPB), viabilizou a realização da **1ª Conferência Brasileira de Direito & Arte**, entre os dias 16 e 18 de maio, no Centro Cultural Ariano Suassuna, em João Pessoa. Durante o evento, foram discutidos temas relacionados à proteção do patrimônio cultural, financiamento, tributação, direitos autorais, lavagem de dinheiro e incentivo fiscal no universo das artes. O evento contou com o apoio do Tribunal Permanente de Revisión do MERCOSUL, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Justiça Federal na Paraíba, ILA Brasil, Embaixada da Itália e OAB. Houve, na programação, exposições a cargo de embaixadores, de representantes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Comando carabinieri tutela patrimonio culturale (Itália), de museus públicos e privados e da Comissão de Cultura e Arte do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A conferência, que reuniu especialistas de renome nacional e internacional, foi dirigida a gestores públicos, pesquisadores, juristas

e diplomatas do Brasil e de mais seis países (Estados Unidos, Portugal, Itália, Suíça, Reino Unido e Paraguai). Reuniu, também, advogados, produtores, artistas, colecionadores, peritos, policiais, alunos e professores universitários, além de representantes de museus, galerias, fundações e casas de leilão.

O Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade (GPEDS), liderado pela professora Doutora Maria Creusa de Araújo Borges, também desenvolve ações de internacionalização regulares. Constituído por docentes de programas de pós-graduação que atuam em rede e em associação, internos e externos à UFPB, e por docente da Universidade de Coimbra, Portugal, o Prof. Dr. António Gomes Ferreira, do Instituto Politécnico de Coimbra, o Prof. Dr. Luís Carlos Martins de Almeida Mota, membros do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), Universidade de Coimbra/Portugal.

A atuação da líder do grupo de pesquisa em **missões de pesquisa, visitas técnicas e reuniões de cooperação científica e tecnológica** junto ao CEIS20, da Universidade de Coimbra, tem se constituído em atividade acadêmica regular e contínua, sob a supervisão do prof. Dr. António Gomes Ferreira, atual vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade, do qual a profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges é a líder CNPq. Eis a síntese das missões de trabalho e estudo:

1. Período de 13 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2019: Missão financiada parcialmente pela CAPES (passagens aéreas). Realizada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. O Plano de Trabalho estabeleceu como metas da missão: 1. Realização de Convênio Específico com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na área temática Territórios da Diversidade, Educação e Direito para fins de promoção da mobilidade internacional de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. O convênio foi assinado pelos reitorados das universidades parceiras em 06 de dezembro de 2019. O **convênio específico** de cooperação acadêmica e científica entre a UFPB e a Universidade de Coimbra, para fins de fomentar a mobilidade internacional de docentes e discentes do PPGCJ, com publicações em coautoria

internacional e em editoras e revistas estrangeiras; realização de eventos científicos; missões de trabalho de pesquisadores do programa e do CEIS20; estabelecimento de cotutelas; mobilidade de estudantes estrangeiros no PPGCJ e de estudantes do programa na Universidade de Coimbra, CEIS 20; instalação e compartilhamento de uma base de investigação avançada articulando Direito, Educação e Sociedade no CEIS20, Universidade de Coimbra e no PPGCJ, UFPB, possibilitando a realização de consultorias e de projetos conjuntos de pesquisa na promoção do direito à educação de qualidade socialmente referenciada. A UFPB tem atualmente convênio de cooperação com a Universidade de Coimbra para intercâmbio de estudantes e professores, renovado em 2019. O objeto do convênio específico é a mobilidade de estudantes e pesquisadores na temática do **CAPES, Print da UFPB: TERRITÓRIOS DA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS, MEDIAÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. O primeiro dessa natureza na instituição, abarcando o tema de pesquisa de um edital específico de internacionalização.

2. Período de 22 de Maio de 2019 a 05 de junho de 2019: Missão CAPES, Print financiada com o valor de R\$10.656,00 e realizada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra. O Plano de Trabalho estabeleceu como metas da missão: 1. Realização de Convênio Específico com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX na área temática Territórios da Diversidade, Educação e Direito para fins de promoção da mobilidade internacional de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. 2. Finalização do livro bi-nacional intitulado Direito e Educação: diálogos luso-brasileiros. Essa produção intelectual binacional encontra-se na Editora da UFPB.
3. Período de 23 de janeiro de 2019 a 25 de janeiro de 2019: Participação da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges em reuniões com o prof. Dr. António Gomes Ferreira para o estabelecimento do plano de trabalho acadêmico no CEIS20, entre o Grupo de Investigação Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais e o Grupo de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade e a parceria de internacionalização com a

Linha 2 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento – Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do PPGCJ.

4. Período de 10 de setembro de 2018 a 13 de setembro de 2018: Participação da profa. Maria Creusa de Araújo Borges em reuniões com o prof. Dr. António Gomes Ferreira para o estabelecimento do plano de trabalho acadêmico no CEIS20, entre o Grupo de Investigação Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais, o Grupo de Pesquisa Educação e Direito e a parceria com a Linha 2 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento – Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do PPGCJ.
5. Período de 10 de junho de 2017 a 20 de junho de 2017: Participação da profa. Maria Creusa de Araújo Borges em atividades de investigação no CEIS20 sob a supervisão do prof. Dr. António Gomes Ferreira, articulando Direito e Educação, com o projeto Organizações Internacionais e Educação: estudo da natureza jurídica das orientações das organizações internacionais para a formação e a educação superior.

Além dessas atividades, a profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges tem destacada inserção internacional **em outras universidades estrangeiras**, tais como:

1. Período de 21 de janeiro de 2019 a 22 de janeiro de 2019: Participação da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, como conferencista, no Colóquio Internacional "Um Tribunal Constitucional Internacional para a democracia na Sociedade da Informação" **na Faculdade de Direito da Universidade do Porto** sob a organização do Prof. Dr. Paulo Ferreira da Cunha, com o título Tribunais Constitucionais e Pluralismo de Ideias e de Concepções Pedagógicas: Interpretação a partir da Perspectiva da Interconstitucionalidade e do Transconstitucionalismo.
2. Período de 12 de agosto de 2019 a 16 de agosto de 2019: Missão na Universidad José C Paz, Argentina, para fins de formalização de protocolos de cooperação acadêmica e estabelecimento de plano de investigação conjunta no quadro da agenda de pesquisa da Red Interuniversitaria de

Acción y Investigación en Derechos Humanos sobre o tema Formação em Rede dos Profissionais do Sistema de Defesa, Justiça e Segurança Pública. A rede de pesquisa engloba a Universidade Nacional de Comahue e de Buenos Aires (UBA), ambas da Argentina.

Em 2019, o PPGCJ/UFPB, por intermédio da atuação decisiva do Grupo de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade, liderado pela profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, e o Núcleo de Observadores do Direito, liderado pelo prof. Dr. Luciano do Nascimento Silva, ingressa na Red Intrauniversitaria de Acción y Investigación en Derechos Humanos, em colaboração com a **Universidad Nacional de Comahue; Universidad José C Paz, a Universidade de Buenos Aires (universidades que o PPGCJ tem convênios em tramitação na Agência de Cooperação Internacional) e a Universidade Estadual da Paraíba**. Constitui relevante ação de cooperação internacional Sul-Sul com a finalidade de ampliar e avançar na agenda de investigação sobre inclusão social, proteção e defesa dos direitos humanos, objeto de investigação específico da linha 2 do doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento, fomentando a mobilidade internacional de docentes e discentes, cotutelas e pesquisa em rede.

No segundo semestre de 2019, foi realizado o **I Seminário de Internacionalização da UFPB com o tema: Educação em Direitos, Direitos Socioambientais e Culturais em Tempos de Transição**, com a participação de docentes do PPGCJ e do programa de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos Humanos, de professores de universidades estrangeiras e alunos de pós-graduação, egressos e graduação. Trata-se de projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado em Direito) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O projeto envolveu uma equipe internacional composta por professores da UFPB e de **universidades francesas**, alunos de graduação em Direito, alunos de dois programas de pós-graduação da UFPB, sob a liderança do PPGCJ. Além disso, participaram parceiros locais, como a Diretora da Aliança Francesa, diplomata do governo francês para a promoção das Ciências. O projeto contou

com os seguintes financiamentos: recursos próprios da UFPB, do Instituto Francês, do Consulado Geral da França para o Nordeste. Culminou com a ocorrência do Seminário de Internacionalização em dezembro de 2019, com a participação, como palestrantes, dos professores franceses Cédric Roulhac - **Université de Paris I Panthéon - Sorbonne** – França, Martial MATHIEU, Professeur d'histoire du droit, **Université Grenoble Alpes**, França, dos alunos da graduação e das pós-graduações envolvidas. Como parte fundamental da autoavaliação e do planejamento estratégico do programa, foram discutidas as ações de internacionalização desenvolvidas em relação aos convênios e parcerias transfronteiriças realizadas, as cotutelas em curso, a internacionalização das três linhas de pesquisa do doutorado, os intercâmbios e a presença orgânica de professores estrangeiros.

O **Núcleo de Pesquisa Marxismo, Realismo e Direito**, coordenado pela professora Dra. Lorena Freitas e pelo professor Dr. Enoque Feitosa, fomentando a internacionalização do programa, a mobilidade internacional de professores e estudantes, nos termos do **Edital CAPES – AULP/2014**, tendo como Instituição proponente a **UFPB/PPGCJ**, com atuação dos professores doutores ENOQUE FEITOSA e LORENA DE MELO FREITAS e como instituição receptora a **Universidade Eduardo Mondlane – UEM** (Moçambique), com atuação do Professor Dr. Gilles Cistac, falecido, e substituído pelos Prof. Dr. Armando Dimande e depois, pelos professores doutores Almeida Machava e Henrique José Henriques, atual diretor da Faculdade de Direito-UEM.

O projeto financiou bolsas de mobilidade em pesquisa, conquistados em edital específico da CAPES e envolveu, ao longo dos últimos quatro anos, mais de duas dezenas de pesquisadores, entre docentes e estudantes de pós-graduação e graduação, onze da UFPB e 9 da UEM, Moçambique, além dos coordenadores.

Esse projeto envolveu 10 (dez) missões de trabalho Brasil-Moçambique (2014-2018) tendo à frente os professores doutores Lorena Freitas e Enoque Feitosa, bem como várias missões de estudo, envolvendo missões de trabalho em Moçambique (Professores da UFPB: professores doutores Robson Antão e Fredys Sorto); os discentes de graduação em Direito da UFPB Herlison Miranda, Emilly Coelho e Valéria Veras e os doutorandos em Direito João Adolfo Bandeira e Vicente Elisio (todos com bolsa do

projeto), bem como 2 (duas) discentes da licenciatura em Direito da UEM (Guilhermina Mercedes e Neusa Rafael), uma docente e doutoranda em Direito (Elysa Vieira), todas bolsistas no âmbito do projeto CAPES-AULP e que tiveram bolsas-sanduíche no âmbito do projeto.

As bolsas para missão de trabalho e/ou de estudo propiciaram aos docentes e discentes ministrarem disciplinas e palestras em programas de pós-graduação (Professores doutores Enoque Feitosa, Lorena Freitas, Robson Antão e Fredys Sorto), proferir palestras na OAM-Ordem dos Advogados de Moçambique (Professores doutores Enoque Feitosa, Vicente Elysio e Lorena Freitas), quer na licenciatura da Faculdade de Direito da UEM e na Faculdade de Medicina (Professores doutores Robson Antão, Lorena Freitas, João Adolfo Bandeira, Vicente Elysio e Enoque Feitosa), bem como no poder judiciário moçambicano (Doutorando e membro do MPRN, Vicente Elysio, Professores doutores Enoque Feitosa, Lorena Freitas e Robson Antão).

Por intermédio da parceria CAPES-AULP, tivemos presença significativa no Congresso da AULP, realizado na UNICAMP, SP, em 2018, com quase trezentos delegados de todos os países da comunidade da língua portuguesa. Constituem, por intermédio da atuação desse núcleo de pesquisa, a ação de mobilidade internacional, com o PPGCJ recepcionando um aluno estrangeiro de doutorado, financiada pelo **EDITAL DA CAPES (PEC-2018)**. Em 2019, foi publicado **um livro binacional** Brasil-Moçambique, intitulado Brasil e Moçambique: os direitos humanos econômicos, sociais e culturais - entre promessas formais e as demandas por sua concretização, organizado pelos professores Enoque Feitosa e Lorena Freitas, publicado pela Editora Ideia, João Pessoa, contando com artigos de professores brasileiros e moçambicanos ou que estiveram em Moçambique ou que ministraram atividades pertinentes ao objeto do projeto, no Brasil, a exemplo de Enoque Feitosa, Lorena Freitas, Gilberto Bercovicci, Martonio Mont'Alverne, Raquel Falcão, Nilson Araujo, entre brasileiros e estrangeiros.

Destaca-se a mobilidade internacional dos docentes do programa em universidades estrangeiras. Nesse sentido, a Profa. Dra. Alessandra Franca foi Professora Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Torino entre dez/2017 e fev/2018. O Prof. Dr. Marcilio Franca, por sua vez, foi Research Fellow do Collegio Carlo Alberto e Professor Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Torino

(dez/2017 a fev/2018 e set/2018 a jun /2019). O prof. Dr. Eduardo Rabenhorst encontra-se como professor visitante na Universidade de Buenos Aires.

O Prof. Dr. Marcilio Franca é membro do Conselho Executivo da International Law Association (Londres, Reino Unido), do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI), da International Association of Constitutional Law (IACL) e da The International Art Market Studies Association (TIAMSA). Atua, também, como **árbitro do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL**.

Como um relevante projeto de fomento à internacionalização do PPGCJ, consiste a criação do **Consórcio Latinoamericano de Direitos Humanos** em dezembro de 2007. São INSTITUIÇÕES SÓCIAS: Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Brasília e Universidade de Fortaleza (no Brasil), Universidade Católica do Peru, Universidade Nacional de La Plata (Argentina), Universidade Externado (Colômbia), Universidade de Buenos Aires (Argentina), Universidade Diego Portales (Chile), entre outras instituições. INSTITUIÇÕES COLABORADORAS: Universidade Carlos III (Madrid); Universidad Pompeo Fabra (Barcelona); UNIFI (Firenze).

Esse grupo obtém **financiamento da Fundação Ford**, possui um periódico – a Revista LatinoAmericana de DH <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/index>> e aprovou projeto pelo Edital ALFA ALFA III, da União Europeia, que formou a DHES (Red Derechos Humanos y Enseñanza Superior. Universidades sócias: Universidade Pompeu Fabra Barcelona sede; Carlos III de Madrid e Paris I Panthéon-Sorbonne; e as sulamericanas Autónoma Juan Misael Saracho (Bolívia), UNB, UFPA, UFPE e UNISINOS, Austral (Chile), de los Andes (Colômbia), Técnica de Amabato (Ecuador) y Pontificia Universidad Católica (Perú); Universidade Diego Portales (Chile). Publicou vários livros e se encontram em fase de publicação para 2018, etapa final do projeto Direitos Humanos e Empresas de Mineração, mais 4 livros, por um pool de editoras universitárias nacionais, quais sejam UFPA, UFPB, UNIFOR e UFG.

Houve, pelo Consórcio, três grandes publicações internacionais em 2018, como resultado do trabalho do projeto Políticas de Regulación de las Empresas Transnacionales por Violaciones a los Derechos Humanos en América Latina. Esse projeto vigorou de 2015 a 2018, com financiamento FORD. A cada ciclo de 3 ou 4 anos, o Consórcio trabalha um tema diferente. Para 2019 a 2022, a Universidade que

sedia este ciclo é a Externado Colômbia e o tema "violação de direitos humanos por empresas de mineração" continua.

As publicações, mediante edições conjuntas (pool de editoras do consórcio), são: Diagnósticos Nacionais (da situação da mineração em todos os países do Consórcio); Dois livros sobre os Estudos de Casos; e um livro-Manual sobre o tema. Para fechar o ciclo do projeto, o Consórcio recebeu convite para uma audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com a participação da professora doutora Maria Luiza Alencar em 26 de abril de 2019, em San José, Costa Rica.

III ATUAÇÃO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PPGCJ: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE COLABORAÇÃO E DE MOBILIDADE ACADÊMICA, DE PRESENÇA DE PROFESSORES E ALUNOS INTERNACIONAIS, DO PERFIL DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE DESTINAÇÃO E RECEPÇÃO, DE PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA INTERNACIONAL E CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

Os Grupos e os Núcleos de Pesquisa do PPGCJ atuam fortemente fomentando a internacionalização seguindo as diretrizes CAPES, tais como: colaboração em rede, com resultado em produtos qualificados, sobretudo, publicações em revistas e periódicos internacionais, publicações em língua estrangeira, em coautoria internacional, promoção de eventos científicos associados com instituições estrangeiras, missões de trabalho e de estudo em universidades no exterior de referência em qualidade acadêmica e participação de professores e alunos estrangeiros no PPGCJ. Segue a **síntese qualificada** da atuação dos grupos e núcleos de pesquisa.

3.1 LABIRINT (Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade)

Com sede no PPGCJ, o **Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade** (LABIRINT) integra alunos de graduação e pós-graduação em Direito, Relações Internacionais e realiza eventos científicos periódicos com parceiros estrangeiros. São membros vinculados ao LABIRINT os professores doutores: Alessandra Correia Lima Macedo Franca, Eduardo Ramalho Rabenhorst, Gustavo Barbosa de Mesquita Batista, Gustavo Rabay Guerra, Marcilio Toscano Franca Filho, entre outros.

Como AÇÕES INTERNACIONAIS DO LABIRINT, se destacam:

- a) OUNCTAD IIA Mapping Project. Descrição: The IIA Mapping Project is a collaborative initiative between UNCTAD and universities worldwide to map the content of international investment agreements (IIAs). The resulting database serves as a tool for policy makers, researchers and other investment

and development stakeholders to understand trends in IIA drafting, assess the prevalence of different policy approaches and identify treaty examples. (<http://investmentpolicyhub.unctad.org/Upload/Documents/Mapping%20Project%20Description%20and%20Methodology.pdf>). Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (9) / Mestrado acadêmico: (1). Integrantes: Marcilio Toscano Franca Filho - Coordenador / Mariana Lima Maia - Integrante / Aaron Campos Marcelino - Integrante / Bruna Rabêlo Carvalho - Integrante / Hioman Imperiano de Souza - Integrante / Letícia Araújo Patriota - Integrante / Mateus Marques Vasconcelos Guimarães - Integrante / Pericles Filgueiras de Athayde Filho - Integrante / Rafaelly Oliveira Freire dos Santos - Integrante / Torben Fernandes Maia - Integrante / Matheus Costa do Vale - Integrante.

- b) 2014 – 2016. DEMOCRACIA, TRANSJURIDICIDADE E FATORES ECONÔMICOS DO PODER - Uma Análise a partir das Experiências Brasileira e Espanhola. Descrição: O objetivo geral do projeto constitui, precisamente, compreender a amplitude, natureza e consequências das pressões exercidas por fatores econômicos contemporâneos, contextualizados numa situação de entrelaçamento de ordens jurídicas distintas, sobre a democracia enquanto regime político acolhido em constituições normativas, tendo como base - a princípio - as experiências brasileira e espanhola. Para se alcançar esse objetivo geral, tem-se por meta os seguintes objetivos específicos: a) Delimitar fenômenos contemporâneos de natureza econômica que exerçam impacto sobre a ordem democrática do Estado; b) Analisar o fenômeno da transjuridicidade e suas múltiplas configurações no universo jurídico contemporâneo; c) Identificar comparativamente as variadas formas de manifestação constitucional do princípio democrático; d) Aproximar as experiências europeia e brasileira no que tange à vulnerabilidade e blindagem constitucional do princípio democrático diante de imperativos econômicos; e) Verificar a possibilidade de adoção de instrumentos normativos nos vários níveis de entrelaçamento de ordenamentos jurídicos que favoreçam a proteção das várias formas de manifestação da democracia. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Integrantes: Marcilio Toscano Franca Filho - Integrante / Alessandra Correia Lima Macedo Franca - Integrante / Marcelo Dias Varella

- Integrante / Belinda Pereira da Cunha - Integrante / Giuliana Dias Vieira - Integrante / Gustavo Rabay Guerra - Coordenador / Inocêncio Mártires Coelho - Integrante / Adriana Dias Vieira - Integrante / Américo Augusto Nogueira Vieira - Integrante / Humberto Lima de Lucena Filho - Integrante / Hugo César Araújo de Gusmão - Integrante / FRANCISCO BALAGUER CALLEJON - Integrante / Lorena de Melo Freitas - Integrante / Marcia Glebyane Maciel Quirino - Integrante / José Levi Mello do Amaral Júnior - Integrante / Luís Carlos Martins Alves Jr. - Integrante / Alexandre Henrique Salema - Integrante / Ricardo dos Santos Bezerra - Integrante / Luciano Nascimento Silva - Integrante / Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira - Integrante / Cynara de Barros Costa - Integrante / José Maria Porras Ramírez - Integrante / Gregorio Cámara Villar - Integrante / Miguel Azpitarte Sánchez - Integrante / Juan Francisco Sánchez Barrilao - Integrante / Adoración Galera Victoria - Integrante / Augusto Aguilar Calahorro - Integrante / Baldomero Oliver León - Integrante.

- c) 2013 – 2015. Interconstitucionalidade: Normas Constitucionais em Rede e Integração Europeia na Sociedade Mundial. Descrição: O objetivo deste projeto consiste em entender as formas de relação entre ordens jurídicas diversas que convivem (e interagem) no mesmo espaço jus-político? como a União Europeia, mas não só ? sobretudo através das possíveis pontes de transição estabelecidas entre os seus tribunais. Está em causa a teorização, por esta via, do aprofundamento da integração jurídica através dos efeitos da interconstitucionalidade. E numa perspectiva mais alargada, a clarificação de um novo instrumento de integração: em detrimento da harmonização europeia das várias legislações dos Estados-membros, especialmente útil na fase inicial do processo de integração jurídica, segue-se a interconstitucionalidade, fundada na aprendizagem recíproca ou na rearticulação da identidade a partir da alteridade. A novidade, neste contexto, é que as pontes de transição entre ordens jurídicas desenvolvem-se diretamente a partir dos tribunais, através de relações de observação mútua, no contexto da qual se desenvolvem formas de aprendizado e intercâmbio, sem que se possa definir, aprioristicamente, qual delas se vai impor ? pois o próprio direito da União Europeia, no que tange aos direitos fundamentais, manda aplicar o nível de proteção mais elevado de entre os envolvidos na

solução do problema concreto (o direito nacional, o da União, ou o internacional).. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (8) Doutorado: (8). Integrantes: Marcilio Toscano Franca Filho - Coordenador / Marcelo da Costa Pinto Neves (UnB) - Integrante / Willis Santiago Guerra Filho (PUCSP) - Integrante / Alessandra Aparecida S. da Silveira (UMinho) - Integrante.

- d) 2017-2018 Tradução das Diretivas RAM para um mercado de arte responsável. Um grupo de alunos/pesquisadores do LABIRINT traduziu para o português um conjunto inédito de normas de Soft Law que regulam o mercado internacional de obras de arte. A tradução foi apresentada, no último mês de fevereiro, em uma conferência internacional em Genebra, Suíça, e agora está disponível no website internacional da RAM Initiative: <http://responsibleartmarket.org/guidelines/guidelines-on-combatting-money-laundering-and-terrorist-financing/>
- e) 2011 – 2013. Epiácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional (houve participação de Professores da Bélgica e da Argentina). Descrição: A pesquisa insere-se numa área temática ainda muito pouco explorada no Brasil, mas de grande importância didático-metodológica: a História do Direito Internacional, em geral, e, particularmente, a História do Direito Internacional no Brasil. Embora o nosso país tenha tido sempre uma plêiade de grandes internacionalistas, dentre os quais podemos citar Alcântara Bellegarde, Pedro da Matta e Albuquerque, Antonio Pereira Pinto, Lafayette Rodrigues Pereira, Ruy Barbosa e Clovis Beviláqua, apenas para ficar nos mais antigos, as atuais gerações de estudantes e profissionais do Direito compreendem muitas vezes o jus-internacionalismo como um fenômeno jurídico-doutrinário essencialmente europeu ou norte-americano. Na tentativa de se enfrentar esse quadro, o núcleo da pesquisa ora proposta reside, por conseguinte, em demonstrar a relevância, a abrangência e a atualidade do Projeto de Código de Direito Internacional Público publicado, em 1911, pelo paraibano Epiácio Pessoa, ex-Presidente da República, ex-Ministro do STF e ex-Juiz na Corte Internacional de Haia. Para tanto, pretende-se elaborar um detalhado comentário crítico-histórico-doutrinário sobre aquele projeto de codificação do Direito Internacional, acrescido de um panorama histórico-biográfico de Epiácio e sua atuação no campo do

Direito Internacional e das Relações Internacionais. O trabalho de pesquisa aqui proposto terá como principal abordagem metodológica a análise crítica e a discussão multidisciplinar do texto do Projeto de Código de Direito Internacional Público de Epitácio Pessoa, de modo a compreender as suas interrelações internas (entre as suas múltiplas partes e temas) e externas (com o seu tempo e o mundo de hoje). Também serão examinados textos e documentos histórico-político-jurídicos que contribuam para uma detalhada compreensão crítica daquele Projeto de Código de Direito Internacional Público e do ambiente político e doutrinário em que ele é produzido. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

3.1.1 A ATUAÇÃO DO LABIRINT NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

O grupo manteve destacada cooperação acadêmica internacional no último triênio. Entre os dias 27 e 28 de maio de 2016, o PPGCJ/UFPB e os ramos brasileiro e suíço da *International Law Association* (ILA) promoveram a Conferência Internacional “Investimento, Corrupção e o papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro”, realizada no Centro Cultural Ariano Suassuna, sede do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), em João Pessoa (PB). O evento, realizado em parceria com o TCE-Paraíba, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, a Université de Lausanne, o DATAB (Diretório Acadêmico dos Estudantes de Direito, UFPB), contou com o financiamento do ‘**Brazilian Swiss Joint Research Programme**’, um programa da Secretaria de Estado da Educação, Investigação e Inovação do Governo Federal Suíço, destinado a promover a cooperação acadêmica entre cientistas, laboratórios e organizações sediadas no Brasil e na Suíça. O evento trouxe a João Pessoa o embaixador da Suíça no Brasil, André Regli, Prof. Dr. Andreas Ziegler (Lausanne), Prof. Dr. Marc Bungenberg (Bonn) e Prof. Dr. Sergio Fenando Moro (UFPR), além de diplomatas, doutorandos e mestrandos de várias universidades do país.

Em 2017, o LABIRINT promoveu a 3a. edição do seu tradicional **Seminário sobre Direito & Música**. Naquele ano, o evento contou com a presença dos eminentes

Profs. Drs. Norbert Rouland, da Université Paul Cézanne (Aix-en-Provence, França), George Sarmiento, da UFAL, além de pesquisadores do LABIRINT. O Prof. Rouland é um destacado pesquisador na área da antropologia jurídica e há oito anos coordena um Mestrado em Direito das Atividades Artísticas em sua universidade.

Em 2018, uma parceria conjunta do LABIRINT, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, do PPGCJ/UFPB e do DATAB, UFPB viabilizou a realização da **1ª Conferência Brasileira de Direito & Arte**, entre os dias 16 e 18 de maio, no Centro Cultural Ariano Suassuna, em João Pessoa. Durante o evento, foram discutidos temas relacionados à proteção do patrimônio cultural, financiamento, tributação, direitos autorais, lavagem de dinheiro e incentivo fiscal no universo das artes. O evento contou com o apoio do Tribunal Permanente de Revisión do MERCOSUL, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Justiça Federal na Paraíba, ILA Brasil, Embaixada da Itália e OAB. Houve, na programação, exposições a cargo de embaixadores, de representantes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Comando carabinieri tutela patrimonio culturale (Itália), de museus públicos e privados e da Comissão de Cultura e Arte do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A conferência, que reuniu especialistas de renome nacional e internacional, foi dirigida a gestores públicos, pesquisadores, juristas e diplomatas do Brasil e de mais seis países (Estados Unidos, Portugal, Itália, Suíça, Reino Unido e Paraguai). Reuniu, também, advogados, produtores, artistas, colecionadores, peritos, policiais, alunos e professores universitários, além de representantes de museus, galerias, fundações e casas de leilão.

Além disso, a Profa. Dra. Alessandra Franca foi Professora Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Torino entre dez/2017 e fev/2018. O Prof. Dr. Marcilio Franca, por sua vez, foi Research Fellow do Collegio Carlo Alberto e Professor Visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Torino (dez/2017 a fev/2018 e set/2018 a jun /2019). O Prof. Dr. Marcilio Franca é membro do Conselho Executivo da International Law Association (Londres, Reino Unido), do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI), da International Association of Constitutional Law (IACL) e da The International Art Market Studies Association (TIAMSA). Atua, também, como árbitro do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

3.2 NÚCLEO DE PESQUISA MARXISMO, REALISMO E DIREITO

O Núcleo de Pesquisa Marxismo, Realismo e Direito, coordenado pela professora Dra. Lorena Freitas e pelo professor Dr. Enoque Feitosa, atua fomentando a internacionalização do programa, a mobilidade internacional de professores e estudantes, nos termos do Edital CAPES – AULP/2014, tendo como Instituição proponente a UFPB/PPGCJ, com atuação dos professores doutores ENOQUE FEITOSA e LORENA DE MELO FREITAS e como instituição receptora a Universidade Eduardo Mondlane – UEM (Moçambique), com atuação do Professor Dr. Gilles Cistac, falecido, e substituído pelos Prof. Dr. Armando Dimande e depois, pelos professores doutores Almeida Machava e Henrique José Henriques, atual diretor da Faculdade de Direito-UEM.

O projeto financiou bolsas de mobilidade em pesquisa, conquistados em edital específico da CAPES e envolveu, ao longo dos últimos quatro anos, mais de duas dezenas de pesquisadores, entre docentes e estudantes de pós-graduação e graduação, onze da UFPB e 9 da UEM, Moçambique, além dos coordenadores.

Esse projeto envolveu **10 (dez) missões de trabalho Brasil-Moçambique (2014-2018)** tendo à frente os professores doutores Lorena Freitas e Enoque Feitosa, bem como várias missões de estudo, envolvendo quer idas para Moçambique (Professores da UFPB: professores doutores Robson Antão e Fredys Sorto); os discentes de graduação em Direito da UFPB Herlison Miranda, Emilly Coelho e Valéria Veras e os doutorandos em Direito João Adolfo Bandeira e Vicente Elisio (**todos com bolsa do projeto**), bem como 2 (duas) discentes da licenciatura em Direito da UEM (Guilhermina Mercedes e Neusa Rafael), uma docente e doutoranda em Direito (Elysa Vieira), todas bolsistas no âmbito do projeto CAPES-AULP e que tiveram **bolsas-sanduíche** no âmbito do projeto.

As bolsas para missão de trabalho e/ou de estudo propiciaram aos docentes e discentes ministrarem disciplinas e palestras em programas de pós-graduação (Professores doutores Enoque Feitosa, Lorena Freitas, Robson Antão e Fredys Sorto), proferir palestras na OAM-Ordem dos Advogados de Moçambique (Professores doutores Enoque Feitosa, Vicente Elyso e Lorena Freitas), quer na licenciatura da Faculdade de Direito da UEM e na Faculdade de Medicina (Professores doutores Robson Antão, Lorena Freitas, João Adolfo Bandeira, Vicente Elyso e Enoque

Feitosa), bem como no poder judiciário moçambicano (Doutorando e membro do MPRN, Vicente Elycio, Professores doutores Enoque Feitosa, Lorena Freitas e Robson Antão).

Por intermédio da parceria CAPES-AULP, tivemos presença significativa no Congresso da AULP, realizado na UNICAMP, SP, em 2018, com quase trezentos delegados de todos os países da comunidade da língua portuguesa.

3.2.1 A ATUAÇÃO DO NÚCLEO MARXISMO, REALISMO E DIREITO NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

- Participação em congressos, palestras ou similares em universidades estrangeiras – Congresso Marx em Maio de 2018, na Universidade de Lisboa, onde os docentes responsáveis pelo projeto CAPES-AULP 50-2014 ministraram conferências;
- Colaboração em rede, traduzida em presença em missão de trabalho em universidades estrangeiras, no total de oito missões na UEM, Moçambique;
- Participação em projetos de pesquisa internacionais com financiamento, consubstanciados no PAEP-CAPES 2018, por intermédio de dois projetos, cada um deles de responsabilidade de um dos docentes coordenadores do CAPES-AULP 50-2014;
- Publicações e produtos que resultaram dessas participações.

A internacionalização se traduz em produtos (coautorias internacionais; publicações no estrangeiro todos devidamente comprovados nos respectivos CV-Lattes dos coordenadores do projeto CAPES-AULP 50-2014).

- Cotutela, orientações e universidades estrangeiras comprovadas no Lattes, especialmente:
 - a) orientação das dissertações das magistradas Berta Tiane e Laura Karlsen, em Moçambique, por parte do prof. Dr. ENOQUE FEITOSA e de Hermenegildo Charamba, por parte da Dra. Lorena Freitas.

- Participação em bancas de mestrado e doutorado no estrangeiro, conforme referido no item anterior.
- Participação de estrangeiros em bancas do programa, a exemplo dos professores Barata-Moura (ex-reitor da Universidade de Lisboa), Gilles Cistac, Almeida Machava e Teodoro Waty, da UEM.
- Orientação de alunos estrangeiros, conforme mencionado nos quesitos anteriores.
- EDITAL DA CAPES (PEC-2018): aprovação do projeto de recepção de um doutorando estrangeiro com bolsa, devidamente matriculado no PPGCJ.
- Em 2019, foi publicado um **livro bi-nacional Brasil-Moçambique**, intitulado **Brasil e Moçambique: os direitos humanos econômicos, sociais e culturais - entre promessas formais e as demandas por sua concretização**, organizado pelos professores Enoque Feitosa e Lorena Freitas, publicado pela Editora Ideia, João Pessoa, contando com artigos de professores brasileiros e moçambicanos ou que estiveram em Moçambique ou que ministraram atividades pertinentes ao objeto do projeto, no Brasil, a exemplo de Enoque Feitosa, Lorena Freitas, Gilberto Bercovicci, Martonio Mont'Alverne, Raquel Falcão, Nilson Araujo, entre brasileiros e estrangeiros.

3.3 CONSÓRCIO LATINOAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Como um relevante projeto de fomento à internacionalização do PPGCJ, consiste a criação desse consórcio em dezembro de 2007. São INSTITUIÇÕES SÓCIAS: Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Brasília e Universidade de Fortaleza (no Brasil), Universidade Católica do Peru, Universidade Nacional de La Plata (Argentina), Universidade Externado (Colômbia), Universidade de Buenos Aires (Argentina), Universidade Diego Portales (Chile), entre outras instituições. INSTITUIÇÕES COLABORADORAS: Universidade Carlos III (Madrid); Universidad Pompeo Fabra (Barcelona); UNIFI (Firenze).

Esse grupo obtém financiamento da Fundação Ford, possui um periódico – a Revista Latinoamericana de DH <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/index>> e aprovou projeto pelo Edital ALFA ALFA III, da União Europeia, que formou a DHES (RedDerechos Humanos y Enseñanza Superior. Universidades sócias: Universidade Pompeu Fabra Barcelona sede; Carlos III de Madrid e Paris I Panthéon-Sorbonne; e as sulamericanas Autónoma Juan Misael Saracho (Bolívia), UNB, UFPA, UFPE e UNISINOS, Austral (Chile), de los Andes (Colômbia), Técnica de Amabato (Ecuador) y Pontificia Universidad Católica (Perú); Universidade Diego Portales (Chile). Publicou vários livros e se encontram em fase de publicação para 2018, etapa final do projeto Direitos Humanos e Empresas de Mineração, mais 4 livros, por um pool de editoras universitárias nacionais, quais sejam UFPA, UFPB, UNIFOR e UFG.

3.3.1 A ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO LATINOAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

Houve, pelo Consórcio, três grandes publicações internacionais em 2018, como resultado do trabalho do projeto Políticas de Regulación de las Empresas Transnacionales por Violaciones a los Derechos Humanos en América Latina. Esse projeto vigorou de 2015 a 2018, com financiamento FORD. A cada ciclo de 3 ou 4 anos, o Consórcio trabalha um tema diferente. Para 2019 a 2022, a Universidade que sedia este ciclo é a Externado Colômbia e o tema "violação de direitos humanos por empresas de mineração" continua.

As publicações, mediante edições conjuntas (pool de editoras do consórcio), são: Diagnósticos Nacionais (da situação da mineração em todos os países do Consórcio); Dois livros sobre os Estudos de Casos; e um livro-Manual sobre o tema. O Consórcio participa, por intermédio do projeto HOMA, do curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, das discussões sobre o Tratado de Direitos Humanos e Mineração na ONU. Para fechar o ciclo do projeto, o Consórcio recebeu convite para uma audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), com advogados e juízes que trabalham com o tema da Mineração. Audiência marcada para 26 de abril de 2019, em San José, Costa Rica.

3.4 GRUPO DE PESQUISA TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

Ressalta-se a experiência de investigação e pesquisa histórica do PPGCJ, a qual tem sido considerada exitosa e modelo para outras universidades por intermédio de seus pesquisadores na área e seus grupos de pesquisa, com metodologias e temas inovadores no campo da História do Direito, subárea da Teoria do Direito. Considere-se, neste aspecto, o oferecimento da disciplina História do Direito na UNIFOR (Ceará), programa que obteve, na última avaliação, a nota 6 no conceito da CAPES, o que contribuiu a presença do líder do Grupo Teoria e História do Direito naquela instituição, na condição de participante do PNPD/CAPES, o professor Dr. José Ernesto Pimentel Filho. O mesmo pesquisador tem participado do Encontro Anual da *American Society for Legal History*, tendo apresentado, em 2017, a mesa redonda *Origin Stories: New Approaches to Early U.S. Constitutional History*, em Las Vegas, USA. Em 2018, participou da rodada-relâmpago (lightning round) Reception and Perception of Law, Empire, and Colonialism – International Perspectives com a comunicação Adoption of Federalism in 1891: Portuguese-Brazilian Monarchical Constitutionalism and the United States of Brazil. Ambas as participações foram devidamente registradas nos cadernos da respectiva programação disponível no site da ASLH pelo link relativo às *past conferences*: <https://aslh.net/past-conferences/>

É importante destacar que o *paper* da comunicação oral de 2018 na ASLH se constituiu em produção escrita apresentada na promoção para professor titular na UFPB e foi tornada pública no portal da Social Sciences Research Network sob o número 3340858 de identificação personalizado, ID, para o seu abstract. A página do

autor é esta: https://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=1657430. Esse portal distribuirá o *paper* em universidades e ambientes acadêmicos adequados para a temática no âmbito mundial. Significa que a História dos Direitos Humanos se insere na grande discussão que abrange a Teoria dos Direitos Humanos e esse enfoque tem sido trabalhado no PPGCJ desde a criação da segunda área de concentração do Mestrado em Direitos Humanos, em 2004.

Registra-se a cooperação com a Universidade do Minho, a partir da professora Alessandra Aparecida S. da Silveira (UMinho), em que o doutorando Arnaldo Sobrinho, sob a supervisão do professor Dr. José Ernesto Pimentel Filho, se engajou com brilho e dedicação em estágio sanduíche no exterior, o que resultou na publicação: PIMENTEL FILHO, José Ernesto; MORAIS NETO, A. S. Regulação nacional e transnacional multinível: o direito administrativo global nos casos de direito da concorrência no Brasil e de gestão da internet na Ásia. In: Alessandra Silveira; Sophie Perez Fernandes; Sergio Maia Tavares Marques. (Org.). UNIO/CONPEDI E-Book Interconstitucionalidade. 1ed. Braga: Universidade do Minho - Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017, v. 1, p. 45-64.

O grupo de pesquisa **Teoria e História do Direito**, liderado pelo prof. Dr. José Ernesto Pimentel, dá suporte e conduz as diretrizes de internacionalização em conjunto com o **Editor Geral**, professor Dr. Jailton Macena, e **editores adjuntos**, os professores doutores Fernando Joaquim Ferreira Maia, Leonam Baesso e Maria Creusa Borges, do **periódico oficial do PPGCJ, a revista Prim@ Facie - a Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas**, cujo conselho editorial e seus pareceristas demonstram a consolidação da internacionalização inerente ao programa, conforme o link <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie>. Esse periódico apresenta exegia marcante e qualificada, com relações editoriais nacionais e internacionais, com a **participação dos alunos** do programa na qualidade de **assistentes editoriais**, tendo sido avaliado como **A4**, no **Qualis Referência CAPES**. O conselho editorial conta com a colaboração internacional ativa do Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, IISUNAM, México; Universidad de la República - Facultad de Derecho, Uruguai; Universidade do Minho, Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU), Portugal; Universidade de Florença, Itália; Centres d'Études et de Recherches Internationales et Communautaires, França; Universidade da Nova Inglaterra, Austrália; Faculty of Laws at University College London (UCL) e Reino Unido.

Cabe, também, mencionar que o pesquisador de pós-doutorado Prof. Emmanuel Berger, professor oriundo da Université de Namur Bélgica, atraiu para o PPGCJ a parceria do *Centre d'Histoire Du Droit et d'Antropologie Juridique*, sob a direção de Jérôme Brower, sob a condição de bolsista PNPd, com a orientação do Prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho e co-orientação da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, cujos grupos de pesquisa atuam em parceria acadêmica.

3.4.1 A ATUAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

Em 2018, o prof. Dr. Emmanuel Berger foi selecionado para professor visitante estrangeiro no PPGCJ nos termos do Edital 48/10 de maio de 2018, deixando a condição de bolsista PNPd/CAPES. A nova condição de professor visitante permitiu a integração dos projetos de pesquisa dirigidos pelo professor Berger nos programas de pesquisa do PPGCJ e de desenvolver as colaborações internacionais do programa com laboratórios europeus. Esse processo foi iniciado em 2016, quando o professor Berger foi selecionado pesquisador pós-doutorando com bolsa Pós-Doutorado PNPd/CAPES.

As colaborações internacionais consistiram em 2017 na seleção do professor Berger e do PPGCJ pelo *Netherlands Institute for Advanced Study (NIAS-Amsterdam)* para dirigir uma pesquisa sobre “*The First Expansion of Criminal Jury in France, The Netherland sand Belgium (1791-1815)*”. É importante destacar que é a primeira vez que um laboratório brasileiro foi selecionado pelo prestigioso NIAS. Em 2017, uma nova colaboração foi iniciada com o *Centre d'Histoire Du Droit et d'Antropologie Juridique* (CHDAJ/Université Libre de Bruxelles) dirigido pelo Prof. Dr. Jérôme de Brouwer. O objetivo é promover os intercâmbios entre os professores e pesquisadores do CHDAJ e do PPGCJ. Um primeiro encontro foi organizado com a professora Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, coordenadora do PPGCJ desde 2017, o professor Berger e os pesquisadores do CHDAJ nos dias 7, 8 e 9 de novembro 2017 em Bruxelas, Bélgica para discutir e organizar o plano estratégico de intercâmbio.

Em 2018, o professor Berger venceu um concurso organizado pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) para obter um financiamento de 80,000€ (oitenta mil euros). Esse financiamento permitiu criar um **grupo de pesquisa constituído em**

colaboração com o *Centre d'Histoire du Droit et d'Anthropologie Juridique* (CHDAJ/Université Libre de Bruxelles), o *Centre d'histoire Du droit et de la justice* (CHDJ/Université Catholique de Louvain) e o PPGCJ, UFPB. **Essa colaboração em rede** tem como objetivo construir uma **base de dados prosopográfica internacional** sobre os vários atores judiciários (juízes, jurados, advogados, acusados). Entre as colaborações internacionais as mais importantes dirigidas pelo professor Berger, convém mencionar o grupo de pesquisa *Popular Justice* que inclui quatro universidades: a Universität Regensburg (Alemanha), o Instituto Ítalo-Germânico (Itália), a Université Catholique de Louvain (Bélgica) e o PPGCJ. Esse grupo organiza a cada três anos um convênio dedicado à questão da história da justiça popular na Europa e na América latina.

Os produtos que resultam dessa colaboração em rede são publicações em língua estrangeira, sobretudo em inglês: Berger Emmanuel, ed. *Popular Policing in Europe (18th -20thcenturies)*, *Rechtskultur Zeitschrift für Europäische Rechtsgeschichte /European Journal of Legal History*, 2019 (em impressão); Delivré Emilie, Emmanuel Berger, and Martin Löhnig, eds. *Popular Justice in Times of Transition (19th and 20th Century Europe)*. Bologna/Berlin: Il Mulino/Duncker & Humblot, 2017; Delivré Emilie, and Emmanuel Berger, eds. *Popular justice in Europe (18th-19thCenturies)*. Bologna/Berlin: Il Mulino/Duncker & Humblot, 2014.

Além das publicações em língua estrangeira, Berger ocupa a posição, desde 2018, de *reviewer* para duas revistas internacionais: *American Journal of Legal Historye Viaggatori. Circolazioni, scambi ed esilio*.

Está prevista, ainda para este ano (2019), a publicação pela Cambridge University Press, na Coleção Law and Christianity, numa colaboração da UFPB, da parte do líder do grupo de pesquisa, prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho com os professores Matthew Mirow da Florida International University e Rafael Domingo da Emory University. O título da publicação é **Great Christian Jurists in Latin American History**, consolidando a tendência à internacionalização do grupo com publicações em coautoria estrangeira, conforme recomendação CAPES nas diretrizes de internacionalização.

3.5 GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE

Liderado pela professora Doutora Maria Creusa de Araújo Borges e, como vice-líder, o prof. Dr. António Gomes Ferreira, vinculado à Universidade de Coimbra, Portugal, o grupo de pesquisa é constituído por docentes de **programas de pós-graduação que atuam em associação**, internos e externos à UFPB, e por docentes da **Universidade de Coimbra**, Portugal, e do Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal.

O Grupo de Pesquisa, com sede no PPGCJ, tem realizado **ações de fomento à internacionalização e de colaboração em rede**, ações que têm resultado em produtos qualificados, tais como: o CEIS20, responsável pela edição da **Revista Estudos do Século XX**, cujo número temático sobre **Educação e Democracia**, organizado pelos professores doutores António Gomes Ferreira e Luís Carlos Martins de Almeida Mota, número 14, 2014, ISSN 1645-3530, publicado pela **Imprensa da Universidade de Coimbra**, contou com uma publicação de artigo de autoria da professora Dra. Maria Creusa de Araújo Borges.

O Grupo de Pesquisa, também, organizou **duas versões do Congresso Nacional de Educação em Direitos Humanos**, em 2013 e 2017, com a participação de professores externos com produtividade em pesquisa CNPq e com ampla inserção internacional, tais como o Prof. Dr. Adolfo Calderón (PUC, Campinas, SP) e o Prof. Dr. José Gilberto de Sousa (UNESP, SP). Desses congressos resultaram a publicação de **uma obra, em dois volumes, intitulada Educação, Direitos Humanos e Justiça Social, qualificada com Qualis Livro L3** e organizada em coautoria com professores das áreas de Direito e Educação.

Em 2015, um artigo de autoria da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, intitulado Regulation of Brazilian Higher Education: the Technological Innovation Act and the Public-Private Partnership Act, por ser considerado de alta relevância para o campo de investigação em Educação e Direito, foi publicado em idioma estrangeiro (língua inglesa) pela Revista Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, 41, n. 4, p. 961-973, out./dez. 2015, <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201512130955>, versão impressa ISSN 1517-9702, versão on-line ISSN 1678-4634, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000400961&lng=pt&tlng=pt e classificada no Qualis CAPES B1.

Participou de 5 (cinco) missões de pesquisa no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra, Portugal, uma das missões com o apoio financeiro do programa de internacionalização CAPES, Print e outra com apoio parcial da CAPES. Em 2018, publicou na Revista Análise Europeia, Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus, com sede em Lisboa, Portugal, um artigo intitulado MERCOSUL e União Europeia: Sinalizações de uma Parceria Extrarregional em Pesquisa, Inovação e Internacionalização. O referido artigo resultou de palestra proferida em maio de 2018 na renomada Universidade Nova de Lisboa, promovida em parceria com a Associação de Juristas Portugueses. Ainda em 2018, publicou na Revista Iberoamericana de Educación, do Centro de Altos Estudios Universitarios, da Organização Iberoamericana para a Educação, a Ciência e a Cultura, com sede em Madrid, Espanha, um artigo intitulado BRICS e a educação superior. Questões e convergências possíveis? Trata-se de uma publicação certificada em European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIHPLUS), prestigiado índice de referência da União Europeia quando se trata de acreditação internacional de qualidade e de impacto para revistas científicas. No período de 21 de janeiro de 2019 a 22 de janeiro de 2019, participou, como palestrante, no Colóquio Internacional "Um Tribunal Constitucional Internacional para a Democracia na Sociedade da Informação", na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal, sob a organização do Prof. Dr. Paulo Ferreira da Cunha. Em 2019, publica, na Revista Jurídica UNICURITIBA, o artigo O Princípio do Pluralismo de Ideias e de Concepções Pedagógicas e o Direito à Educação Intercultural Indígena no Brasil, em coautoria com o então Vice-Procurador Geral da República do Brasil, prof. Dr. Luciano Mariz Maia. Foi Conselheira do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB, por um período de três anos. Atualmente, é Conselheira do Conselho Universitário, na condição de representante dos professores do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB e Membro da Academia de Letras Jurídicas de Olinda, Pernambuco. Participa das seguintes comissões científicas de Congressos: Congresso Internacional de Direitos Humanos (UEPB, Brasil); Seminário Internacional de Direitos Humanos (UFPB, Brasil); I Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos – OIT, 100 anos depois (CEDH, 2019). É Editora Adjunta da Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB - Prima Facie. Avaliadora Nacional e Internacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

(CONPEDI). Autora de artigos nas bases de dados Web of Science, SciELO, Scopus, Google Scholar, Redalyc (Scientific Information System Network of Scientific Journals from Latin America, the Caribbean, Spain and Portugal), ERIHPLUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Scimago Journal & Country Rank.

3.5.1 A ATUAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE NO ÚLTIMO QUADRIÊNIO: COLABORAÇÃO EM REDE E PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

A atuação da líder do grupo de pesquisa em missões de trabalho e estudo junto ao **CEIS20, da Universidade de Coimbra**, tem se constituído em atividade acadêmica regular e contínua. Recentemente, a pesquisadora iniciou, também, atividades acadêmicas na Universidade do Porto, Faculdade de Direito, Portugal. Eis a síntese das missões de trabalho e estudo:

1. Período de 13 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2019: Missão financiada parcialmente pela CAPES (passagens aéreas). Realizada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. O Plano de Trabalho estabeleceu como metas da missão: 1. Realização de Convênio Específico com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na área temática Territórios da Diversidade, Educação e Direito para fins de promoção da mobilidade internacional de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. O convênio foi assinado pelos reitorados das universidades parceiras em 06 de dezembro de 2019. O **convênio específico** de cooperação acadêmica e científica entre a UFPB e a Universidade de Coimbra, para fins de fomentar a mobilidade internacional de docentes e discentes do PPGCJ, com publicações em coautoria internacional e em editoras e revistas estrangeiras; realização de eventos científicos; missões de trabalho de pesquisadores do programa e do CEIS20; estabelecimento de cotutelas; mobilidade de estudantes estrangeiros no PPGCJ e de estudantes do programa na Universidade de Coimbra, CEIS 20;

instalação e compartilhamento de uma base de investigação avançada articulando Direito, Educação e Sociedade no CEIS20, Universidade de Coimbra e no PPGCJ, UFPB, possibilitando a realização de consultorias e de projetos conjuntos de pesquisa na promoção do direito à educação de qualidade socialmente referenciada. A UFPB tem atualmente convênio de cooperação com a Universidade de Coimbra para intercâmbio de estudantes e professores, renovado em 2019. O objeto do convênio específico é a mobilidade de estudantes e pesquisadores na temática do **CAPES, Print da UFPB: TERRITÓRIOS DA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS, MEDIAÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. O primeiro dessa natureza na instituição, abarcando o tema de pesquisa de um edital específico de internacionalização.

2. Período de 22 de Maio de 2019 a 05 de junho de 2019: Missão CAPES, Print financiada com o valor de R\$10.656,00 e realizada no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra. O Plano de Trabalho estabeleceu como metas da missão: 1. Realização de Convênio Específico com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX na área temática Territórios da Diversidade, Educação e Direito para fins de promoção da mobilidade internacional de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. 2. Finalização do livro bi-nacional intitulado Direito e Educação: diálogos luso-brasileiros. Essa produção intelectual binacional encontra-se na Editora da UFPB.
3. Período de 23 de janeiro de 2019 a 25 de janeiro de 2019: Participação da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges em reuniões com o prof. Dr. António Gomes Ferreira para o estabelecimento do plano de trabalho acadêmico no CEIS20, entre o Grupo de Investigação Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais e o Grupo de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade e a parceria de internacionalização com a Linha 2 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento – Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do PPGCJ.
4. Período de 10 de setembro de 2018 a 13 de setembro de 2018: Participação da profa. Maria Creusa de Araújo Borges em reuniões com o prof. Dr.

António Gomes Ferreira para o estabelecimento do plano de trabalho acadêmico no CEIS20, entre o Grupo de Investigação Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais, o Grupo de Pesquisa Educação e Direito e a parceria com a Linha 2 do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento – Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do PPGCJ.

5. Período de 10 de junho de 2017 a 20 de junho de 2017: Participação da profa. Maria Creusa de Araújo Borges em atividades de investigação no CEIS20 sob a supervisão do prof. Dr. António Gomes Ferreira, articulando Direito e Educação, com o projeto Organizações Internacionais e Educação: estudo da natureza jurídica das orientações das organizações internacionais para a formação e a educação superior.

Além dessas atividades, a profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges tem destacada inserção internacional **em outras universidades estrangeiras**, tais como:

1. Período de 21 de janeiro de 2019 a 22 de janeiro de 2019: Participação da profa. Dra. Maria Creusa de Araújo Borges, como conferencista, no Colóquio Internacional "Um Tribunal Constitucional Internacional para a democracia na Sociedade da Informação" **na Faculdade de Direito da Universidade do Porto** sob a organização do Prof. Dr. Paulo Ferreira da Cunha, com o título Tribunais Constitucionais e Pluralismo de Ideias e de Concepções Pedagógicas: Interpretação a partir da Perspectiva da Interconstitucionalidade e do Transconstitucionalismo.
2. Período de 12 de agosto de 2019 a 16 de agosto de 2019: Missão na **Universidad José C Paz**, Argentina, para fins de formalização de protocolos de cooperação acadêmica e estabelecimento de plano de investigação conjunta no quadro da agenda de pesquisa da Red Interuniversitaria de Acción y Investigación en Derechos Humanos sobre o tema Formação em Rede dos Profissionais do Sistema de Defesa, Justiça e Segurança Pública. A rede de pesquisa engloba a Universidade Nacional de Cumahue e de Buenos Aires (UBA), ambas da Argentina.

A professora atua na orientação de teses de doutorado que articulam Direito, Educação e Sociedade, com orientação de quatro supervisões de doutorado na linha de pesquisa 2 Inclusão Social, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos em andamento.

3.6 INSTITUTO DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL (IDCC)

Outro grupo de pesquisa que atua em parcerias nacionais e internacionais com a participação dos seguintes professores doutores: Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa, Rodrigo Toscano de Brito, Fernando Antônio Vasconcelos, Adriano Marteleto Godinho e Jailton Macena de Araújo. Esse grupo atua na graduação e na pós-graduação, de forma articulada, com discentes envolvidos, alguns com teses doutorais concluídas pelo PPGCJ, como André Gomes Alves, Alfredo Rangel Ribeiro, Ana Paula Albuquerque, Duína Porto, Maria Cristina Santiago, os quais ocupam, atualmente, a função de docentes do Centro de Ciências Jurídicas e de outras instituições privadas, indicando, também, o forte impacto do programa na formação de professores dos cursos jurídicos na região Nordeste.

O IDCC é um Instituto de Pesquisa, criado a partir do **grupo de pesquisa *Perspectivas e Desafios de Humanização do Direito Civil Constitucional*** e envolve número expressivo de professores de graduação e pós-graduação do CCJ-UFPB. Inicia suas atividades como linha de pesquisa no mestrado, área de concentração em Direitos Humanos do PPGCJ-UFPB, representando hoje abrigo para outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O grupo, criado em 2012, se consolida progressivamente, tendo realizado quatro Seminários Internacionais de Pesquisa, todos com financiamento da CAPES (PAEP) e publicado três livros, sendo dois impressos em base física (livro 1: Humanização do Direito Civil Constitucional: perspectivas e desafios São Paulo: Conceito: 2013 / livro 2: Temas de Direito Civil Contemporâneo: da Constitucionalização à Humanização) e um eletrônico, além de diversos artigos em periódicos com Qualis/CAPES. A equipe de pesquisadores produz quantidade relevante de projetos de iniciação científica (PIBIC e PIVIC), de monografias de final de curso (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas pelos docentes doutores que o compõem.

Em 2016, pesquisadores do grupo aprovaram, em coautoria com estudantes de graduação e pós-graduação em Direito, 08 (oito) trabalhos para apresentação no 22º Congresso Anual da *World Association for Medical Law*, que ocorre em Los Angeles,

EUA. Esses artigos abordam temas como: “Risk Management and Assisted Human Reproduction in Brazil”, “Sterilization of People with Disabilities and Violation of the Right to Health of Reproduction”, “The Judicial Protection of Legal Personality in Microcephaly Cases: A Comparative Study of Brazilian and French Law” e outros ligados à bioética, saúde e humanização do direito civil, informações disponíveis *nahomepage* do Instituto de Direito Civil Constitucional – IDCC <<http://institutodcc.org.br/>>.

Em 2018, o professor Dr. Adriano Marteleto Godinho, membro do IDCC, participou, na condição de palestrante, do Congresso “Saúde, novas tecnologias e responsabilidade: perspectivas contemporâneas”, realizado em Coimbra/Portugal nos dias 10 e 11 de maio de 2018, com a apresentação do tema “Responsabilidade civil dos profissionais da saúde pela violação da autonomia dos pacientes”. No dia 09 de maio de 2018, o mesmo professor figurou como palestrante no Encontro de Estudantes de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Lisboa, realizado em Lisboa/Portugal no dia 09 de maio de 2018, com a apresentação do tema “Dignidade em vida, dignidade na morte e a pessoa humana como fundamento do Direito”. Por fim, há um artigo, intitulado “Consentimento informado, consentimento presumido e o dano à autodeterminação dos pacientes” a ser publicado na revista LEX MEDICINAE - REVISTA PORTUGUESA DE DIREITO DA SAÚDE, editada em Coimbra/Portugal.

3.7 GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS E SABERES AMBIENTAIS – HOMENAGEM A ENRIQUE LEFF: SUSTENTABILIDADE, IMPACTOS, RACIONALIDADE E DIREITOS – ESAEL.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – PPGCJ/UFPB tem marcado sua existência pela pesquisa acadêmica no universo de suas linhas de pesquisa. Dentre estas o Grupo de Pesquisa Estudos e Saberes Ambientais – Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidade e Direitos – ESAEL – que possui como líder a Profa. Dra. Belinda Cunha, tem construído tradição na pesquisa e produção acadêmica de âmbito nacional e internacional.

Fruto deste enveredar pelo campo da pesquisa científica faz-se necessário frisar a publicação do artigo Políticas públicas ambientais: legalización y activismo judicial para el desarrollo sostenible pela REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO

através dos pesquisadores José Irivaldo Alves O. Silva; Belinda Pereira da Cunha e Isaac Ramon Ferreira Diniz Gomes no ano de 2017 e que pode ser encontrado através do link http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652017000100153.

No mesmo caminho de dialogar com outras universidades houve a publicação do artigo “AQUAGUARDIANS: Um jogo sério em realidade alternativa de engajamento da população no cuidado com a água” através dos pesquisadores José Antônio Beltrão Moura, UFCG, Brasil; José Irivaldo Alves Oliveira Silva, UFCG, Brasil; Valéria Andrade, UFCG, Brasil; Hugo Morais de Alcântara, UFCG, Brasil; Fátima Vieira, Universidade do Porto, Portugal; Arimarques Gonçalves, Universidade do Porto, Portugal; Gabriel Cintra Alves da Costa, UFCG, Brasil; Francisco Edeverton de Almeida Júnior, UFCG, Brasil; Rafaela Lacerda Araújo, UFCG, Brasil; Igor Matheus Castor Diniz Pinheiro, UFCG, Brasil e Diego Silva Patrício, UFCG, Brasil. ISSN 2056-4864 (Online).

Registre-se, ainda, a participação, na condição de painelistas, dos pesquisadores do ESAEL: **PANEL CHAIR** *Belinda Pereira da Cunha*, Universidade Federal da Paraíba, Brazil **Environmental Complexity** *Belinda Pereira da Cunha*, Coordenadora Centro Estudos e Saberes Ambientais, Brazil (ESAEL); *José Irivaldo Alves Oliveira Silva*, Universidade Federal da Paraíba, Brazil (ESAEL) ; *Alana Ramos Araújo*, Universidade Federal da Paraíba, Brazil (ESAEL); *José Flôr de Medeiros Júnior*, Universidade Federal da Paraíba, Brazil (ESAEL) no <http://www.wcsaglobal.org/7th-conference/> e que resultou na publicação, em formato de capítulo de livro, intitulada de A STUDY OF THE ENVIRONMENTAL COMPLEXITY, ETHICS AND THE FIELD OF LAW THROUGH THE SÃO FRANCISCO RIVER TRANSPOSITION PROJECT ANALYSIS de autoria dos pesquisadores Belinda Pereira da Cunha (UFPB/ESAEL); José Irivaldo Alves Oliveira Silva (UFPB/ESAEL); Alana Ramos da Cunha (UFPB/ESAEL) e José Flôr de Medeiros Júnior (UFPB/ESAEL): Título: *Governing Turbulence, Risk and Opportunities in the Complexity Age* *World Complexity Science Academy Book* Editores: *Antonio Bazilio Floriani Neto*, *Enrique Cáceres Nieto* Editora: Cambridge Scholars Publishing, 2018 ISBN: 1527507564, 9781527507562.

Na continuidade de participação em eventos acadêmicos internacionais o Grupo de Pesquisa Estudos e Saberes Ambientais – Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidade e Direitos – ESAEL -, através da Doutoranda

Alana Ramos apresentou produção acadêmica no formato da Palestra intitulada “Rationalité juridique et environnement : les défis du droit brésilien en matière de” na Université de La Rochelle, no dia 1 de outubro de 2018, no evento “Journée d’études franco-brésiliennes - Le Brésil : quels défis environnementaux ? Rationalité juridique et environnement : les défis du droit brésilien en matière de l’environnement” . Link da conferência: <http://portail-video.univ-lr.fr/Rationalite-juridique-et>

O Grupo se fez presente no evento “3rd Academic Days on Open Government & Digital Issues”, na Université Sorbonne, as 14 e 15 de novembro de 2017 através da Doutoranda Alana Ramos.

Com participação no evento “Colloque Doctrine juridique et philosophie politique et morale” na Université Aix-Marseille, em 1 de dezembro de 2017 e, ainda, no evento “Rencontres juridiques franco-québécoises”, na Université Aix-Marseille, no dia 30 de novembro de 2017.

Apresentação de seminário intitulado “Droit de l’Environnement Brésilien” na Semaine des Conférences, na Université de Limoges, de 22 a 26 de janeiro de 2018.

Fruto dos estudos realizados na França a doutoranda Alana Ramos realizou a defesa da tese de doutorado no estado em que se encontrava no evento “Atelier doctoraux” no dia 23 de janeiro de 2018, na Université de Limoges.

O Grupo de Pesquisa Estudos e Saberes Ambientais – Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidade e Direitos – ESAEL -, teve participação nas reuniões editoriais da Revue Juridique de l’Environment, sob coordenação da Professora Emilie Chevalier sendo representado pela doutoranda Alana Ramos.

Obtenção do diploma de nível francês DELF B2 por parte da então doutoranda Alana Ramos, agora egressa do PPGCJ.

Produção de “notes bibliographiques” para a Revue Juridique de l’Environnement”.

Na seara da produção acadêmica, os membros do ESAEL Belinda Pereira da Cunha, Talden Farias e José Irivaldo Alves Oliveira Silva publicaram o artigo intitulado ACESSO À ÁGUA COMO DIREITO HUMANO: um estudo a partir da arquitetura legal-institucional latino-americana. In: José Rubens Morato Leite, Carlos E. Peralta, Ana Alice De Carli. (Org.). AGUA Y SANEAMIENTO BÁSICO EN EL SIGLO XXI: BRASIL Y COSTA RICA. 1ed.SAN JOSÉ: Universidad de Costa Rica, Vicerrectoría de Acción Social, Facultad de Derecho, 2018, p. 281-314.

Os membros do Grupo de Pesquisa Estudos e Saberes Ambientais – Homenagem a Enrique Leff: Sustentabilidade, Impactos, Racionalidade e Direitos – ESAEL participam, ainda, na condição de pareceristas, editores e autores da Revista **Prim@Facie**, PPGCJ/UFPB.

3.8 GRUPO DE PESQUISA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE VIOLÊNCIA E DIREITO

O líder do Grupo de Pesquisa, prof. Dr. Sven Peterke, tem atuado fortemente na internacionalização do programa. Segue a síntese das atividades acadêmicas no último trênio.

2017

- Capacitação no exterior:

31.07.17 - Fim do estágio pós-doutoral (iniciado em 01.08.2016) no **Instituto Max-Planck para Direito Internacional Público e Direito Constitucional Comparado** em Heidelberg, Alemanha (orientadora: Profa. Dra. Anne Peters, LL.M. (Harvard)).

- Consultoria no exterior:

Expert internacional e independente (de abril 2016 a abril 2018) na África do Sul, Ministério da Polícia, Panel of Experts on the Planing of a Police Reform

- Palestras no exterior:

23/06/2017, palestra na Universität Osnabrück, Alemanha, na “German-Chinese Conference on Terrorism and Organized Crime (22 a 23/06/2017) sobre Terroristas como criminosos de guerra perante o Tribunal Penal – Comentários ao caso al-Madhi. O texto será publicado como capítulo de livro tanto em alemão como em chinês, possivelmente em 2019.

04/07/2017: palestra na Universität Trier, Alemanha, sobre Estigmatizar, o que precisa ser estigmatizado – o uso ilegal de killer drones como crimes de guerra.

- Publicações internacionais:

Book review (resenha) de: Gunneflo, Markus. Targeted Killing. A Legal and Political History (Cambridge University Press, 2016), in: *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht* (ZaöRV), vol. 77, n. 3 p. 843-848, 2017

Artigo: Sven Peterke, Den Krieg überdenken – auch im Völkerrecht, in: *Humanitäres Völkerrecht-Informationsschriften/Journal of International Law of Peace and Armed Conflict*, vol. 30, n.1/2, pp. 19-26, 2017.

2018:

- Publicações

Artigo em revista: Sven Peterke, Die gewalttätige organisierte Kriminalität in und um Rio de Janeiro Favelas aus interdisziplinärer Sicht, in: *Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft*, vol. 129, n. 4, pp. 1125-1155, 2017, (ainda sem Qualis, a edição, embora de 2017, foi somente publicada em 2018).

Capítulo em livro multilíngue (inglês, espanhol, francês e português) sobre “A tipificação de crimes terroristas no Brasil: comentários à luz do Direito Internacional e do Direito comparado, pp. 55-74, in: Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos (org.), *Terrorismo e outras situações de emergências. Teoria e prática da prevenção e do combate/Terrorism and Other Emergencies. Theory and Practice of Prevention and Control*, ESMPU: Brasília, 2018.

2019:

- Palestra:

14/01/2019: na Justus-Liebig-Universität Giessen, Alemanha, sobre Rio de Janeiro “Drogenkrieg” – Ein Fall für den Internationalen Strafgerichtshof? (A guerra às drogas no Rio de Janeiro – um caso para o Tribunal Penal Internacional?)

- Publicações internacionais já confirmadas:

Artigo: Sven Peterke, *Mediendemokratie und Verfassungskontrolle à brasileira: Zur Bundesintervention in Rio de Janeiro*, in: *Verfassung und Recht in Übersee* (Qualis A2).

Capítulo de livro: Pierre Hauck/Sven Peterke, *Transnational Organized Crime*, in: Nils Melzer/Robin Geiss (ed.), *Oxford Handbook on the International Law of Global Security*, Oxford University Press.

3.9 NÚCLEO PARA PESQUISAS E OBSERVADORES DE DIREITO (NUPOD)

O Núcleo para Pesquisas e Observadores de Direito (NUPOD), liderado pelo prof. Dr. Luciano do Nascimento Silva, atua em parceria com o PPGCJ no estabelecimento de projetos conjuntos de pesquisa e em colaboração em rede, fomentando a presença, no programa, de professores estrangeiros em conferências magnas e em publicações. Segue uma síntese das atividades internacionais do referido Núcleo:

EVENTOS INTERNACIONAIS

Buenos Aires, Outubro de 2017

Criação da *Red Interuniversitaria de Acción e Investigación en Derechos Humanos*

Membros Fundadores

- **Jorge Eduardo Douglas Price** (Universidade Nacional do Comahue, Patagônia, Argentina/UNCOMA);
- **Diego Duquelsky** (Universidad de Buenos Aires, Argentina/UBA);
- **Walter Viegas** (Universidad Jose C Paz, Argentina/UNPAZ);
- **Luciano Nascimento Silva** (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB)

Convegno Internazionale Organizzato dal Centro di Studi sul Rischio, fondato 30 anni fa da Niklas Luhmann e Raffaele De Giorgi – Tema: “Ecologia del Non-Sapere”

26 a 28 de fevereiro de 2018

PALESTRANTE

Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB) – Tema: “Raffaele De Giorgi, Niklas Luhmann e Heinz von Foerster: Entorno ao Observador e a Teoria dos Sistemas – saber, conhecimento e ciência”.

(Fonte: <http://www.trnews.it/2018/02/27/convegno-ecologia-del-non-sapere-si-festeggia-prof-raffaele-de-giorgi/209124>).

1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL NUPOD DE DERECHOS HUMANOS e *Red Interuniversitaria de Acción e Invesgitación en Derechos Humanos*

23 de abril de 2018 – CCJ/UEPB

NUPOD – Núcleo para Pesquisa dos Observadores do Direito/DGP-CNPq

PALESTRANTES

Luciano Nascimento Silva – Tema: “Política Criminal, Direito Penal e Direitos Humanos na América Latina”

Jorge E. Douglas Price - Tema: "Los derechos humanos desde la complejidad. Análisis del giro constitucional, legal y jurisprudencial, en materia de Derechos Humanos, a partir de la reforma constitucional de 1994"

María Raquel Calvo - Tema: "Una revisión de la protección de los derechos humanos básicos: las nuevas formas de esclavitud en la Argentina y su tratamiento en la práctica institucional y la jurisprudencia"

Diego Duquelsky - Tema: "La cuestión carcelaria en la Argentina. Revisión de la gestión de la violencia estatal o la administración de la ejecución de la pena en la práctica institucional"

Ana Calafat - "El estado de la cuestión de las formas de prevención de la tortura en la legislación federal argentina. Informes y Recomendaciones"

Walter Viegas - "La abogacía en el cuerpo de los abogados. Obstáculos, prácticas y hallazgos jurisprudenciales en la defensa de los Derechos Humanos en la Argentina"

(Fonte: <https://www.facebook.com/events/1587958144657307/>).

(Fonte: <http://cjys.unpaz.edu.ar/item/155>).

I – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA *RED DE ACCIÓN E INVESTIGACIÓN EN DERECHOS HUMANOS* – UFPB, UEPB, UFMG, UBA, UNPAZ e UNCOMAHUE

25 a 27 de abril de 2018 / Sala Multimídia CCJ/UFPB

PALESTRANTES

Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB) – Tema: Direitos Fundamentais e Expansão do Direito Penal – a ocultação de uma incongruência

Profa. Dra. Anne Augusta Leite, Profa.

Ms. Maria Cezilene Morais,

Prof. Dr. Jorge Price, Prof.

Dr. Diego Duquelsky, Profa.

Dra. Maria Raquel Calvo, Profa.

Dra. Maria Creusa Borges, Profa.

Dra. Ana Lelia Calafat, Prof.

Dr. Walter Viegas, Profa.

Dra. Luiza Rosa Lima, Prof. Dr. Newton Lima

Prof. Dr. Fabrício Bertini.

(Fonte:

<https://www.facebook.com/databufpb/photos/a.492569857572907/949190125244209/?type=1&theater>).

I – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

IESRN – Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte

27 e 28 de abril de 2018 – Natal/RN

“**I Seminário Internacional de Direitos Humanos**”, em cooperação com a Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais e cooperação acadêmica professores de IES’s da Argentina. O evento foi ministrado pelos seguintes professores:

Ana Calafat (ARG);

Manoel Fernandes Braga (FANEC);

Luciano Nascimento Silva (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB) – Tema: Decisão Judicial e Expansão do Direito Penal – entre afirmação e negação dos direitos humanos

Walter Viegas (ARG);

Anne Augusta (UFPB);

Fabício Bertini (UFMG) e

Maria Cezilene (UEPB).

O evento foi direcionado para acadêmicos do curso de direito visando fomentar cooperação do estudo dos temas do direito entre instituições de ensino superior, tanto do Brasil, quanto da Argentina. Todos o

(Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=NUPOD+E+RED+INTRAUNIVERSIT%C3%81RIA+DE+DERECHOS+HUMANOS&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=UOx5vLs8vzgsVM%253A%252CS7Pq_yVffL_5rM%252C_&usg=AI4_-

[kTOjeRx1WKDPa7UZbZplKXeN0QrVQ&sa=X&ved=2ahUKEwishd_69cLgAhX4Gb
kGHQ0GBTgQ9QEwAnoECAQQCA#imgrc=UOx5vLs8vzgsVM:](http://www.iesrn.edu.br/instituto/eventos.asp)).

(Fonte: <http://www.iesrn.edu.br/instituto/eventos.asp>).

3º CONIDH – Congresso Internacional de Direitos Humanos

30 de maio a 1º de junho de 2018

Centro de Convenções Raymundo Asfora – Garden Hotel, Campina Grande

PALESTRANTES

Luciano Nascimento Silva (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB) – Tema: Direitos Humanos e Garantias Fundamentais – para onde caminha a humanidade?

Luis Geraldo Sat`Anna Lanfredi (Desembargador/TJ-SP e Juiz Auxiliar da Presidencia do CNJ)

Esther Martínez Quintero (*Universidad Portucalese*, Portugal)

(Fonte: <http://www.conidih.com.br/2018/>).

(Fonte: <http://www.conidih.com.br/2018/programacao/>).

ASSOCIACIÓN ARGENTINA DE FILOSOFIA DEL DERECHO

XXXII Jornadas de Filosofia do Direito “Derecho, Política y Moral”, Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA) – Evento de solenidade de concessão do título de Doutor “Honoris Causa” ao professor **Jeremy Waldron**, da *University of New York*,

22 a 24 de Agosto de 2018

PALESTRANTE

Profº Doutor Luciano Nascimento Silva (UEPB/PPGDH/NCDH/UFPB) – Tema: “O Observador e o Governo dos Juízes – entre direito e política”

(Fonte: <http://www.aafder.org/2018/08/xxxii-jornadas-aafd-derecho-politica-y-moral-uba-2018/>).

(Fonte: <http://www.derecho.uba.ar/institucional/deinteres/2018/entrega-del-doctorado-i-honoris-causa-i-al-dr-jeremy-waldron>).

IV RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO: UMA DIMENSÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PPGCJ: PROCESSOS COM PARECER DE MÉRITO ENVIADOS À PRPG (2017-2019)

Uma dimensão relevante da internacionalização consiste no elevado volume de reconhecimento de títulos estrangeiros apreciado pelas comissões de reconhecimento de diploma estrangeiro no âmbito do PPGCJ. O trabalho das comissões é norteado pela inserção internacional do professor avaliador, o qual participa dos processos em que a universidade estrangeira é conhecida academicamente pelo professor, compondo uma comissão formada por três expertises. Assim, se articula a participação internacional do docente com o seu trabalho junto a essas comissões, operando como um especialista sobre o trabalho acadêmico realizado tanto no mestrado como no doutoramento no exterior. O processo, também, é norteado pelos convênios acadêmicos celebrados pela Universidade Federal da Paraíba e a universidade estrangeira cujos títulos são apreciados. Segue o quadro abaixo no qual consta: o número de processos de reconhecimento, os requerentes, a universidade estrangeira, o nível (doutoramento/mestrado) e a comissão de reconhecimento que atuou no processo. Ao todo, foram **quarenta e um processos de reconhecimento** de título obtido em universidade estrangeira, apreciados pelas comissões no período de 2017-2019, demonstrando a relevância acadêmica do PPGCJ nesse quesito.

Título do Quadro: processos de reconhecimento de diploma estrangeiro apreciados em 2017, 2018 e 2019 no âmbito do PPGCJ

Nº do processo	Requerente	Universidade	Mestrado-Doutorado	Ano do parecer	Comissão
1. 23074.06153 9/2016-42	CAIO DE OLIVEIRA CAVALCANTI	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista.
2. 23074.025136/201 6-30	GIOVANNA GONCALVES DE SOUZA	Universidade de Lisboa, Portugal	Mestrado	2017	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
3. 23074.060084/201 6-48	TOMÁS BRANDÃO DE MACÊDO	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
4. 23074.018031/201 6-24	RAÍSSA GAMARRA SOARES	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita

					Batista
5. 23074.061802/201 5-12	JEISON BATISTA DE ALMEIDA	Universidade do Minho, Portugal	Mestrado	2017	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
6. 23074.045417/201 5-28	GABRIELLA CRISTINA BRITO RIBEIRO BEZERRA	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
7. 23074.050559/201 6-98	ANNE KHARINE DA SILVA PERAZZO	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
8. 23074.001536/201 6-29	ÍCARO IVVIN DE ALMEIDA COSTA LIMA	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
9. 23074.041639/201 4-91	THIAGO XAVIER DE ANDRADE	Universidade de Lisboa, Portugal	Mestrado	2017	Fernando Joaquim Ferreira Maia Ana Paula

					Basso Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
10. 23074.041953/201 5-54	RONALDO JOSÉ GUERRA	Universidade de Lisboa, Portugal	Mestrado	2017	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
11. 23074.048092/201 5-35	CAMILA DE OLIVEIRA CAVALCANTI	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Ana Paula Basso Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
12. 23074.062992/201 5-95	DANIELLA ALOISE BORGES	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Ana Paula Basso Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
13. 23074.032908/201 6-90	CLAUDIO ORESTES BRITTO NETO	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Ana Paula Basso Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
14. 23074.041811/201	ALDO CESAR	Universidade	Mestrado	2017	Ana Paula Basso

6-78	FILGUEIRAS GAUDENCIO	de Coimbra, Portugal			Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
15. 23074.031550/201 6-88	JOSE GERALDO DE LIMA	Museo Social Argentino	Doutorado	-	Gustavo Rabay Guerra Adriana Dias Vieira Fernando Joaquim Ferreira Maia
16. 23074.018533/201 6-55	CAMILA MARIA DE MOURA MORENO	Universidade de Coimbra, Portugal	Mestrado	2017	Ana Paula Basso Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
17. 23074.072050/201 5-15	SABRINA LEAL DE OLIVEIRA	Universidade do Porto, Portugal	Mestrado	2018	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
18. 23074.035372/201 4-01	JESSÉ DE ANDRADE ALEXANDRIA	Universidad de Salamanca, Espanha	Mestrado	2018	Robson Antão de Medeiros Enoque Feitosa Sobreira Filho Lorena de Melo Freitas

19. 23074.042913/201 5-20	João Ramalho Alves da Silva	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleto Godinho
20. 23074.053496/201 4-60	ELMA SIRLEY DA SILVA AMPARO	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleto Godinho
21. 23074.021763/201 5-11	JOSE FERREIRA DE ANDRADE	Toulouse - FRANÇA	Doutorado	2019	Maria Creusa de Araújo Borges, João Batista Moreira Pinto, Leonam Baesso
22. 23074.061794/201 5-12	ANA CAROLINE CÂMARA BEZERRA	MINHO	Mestrado	2018	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima José Ernesto Pimentel Filho
23. 23074.021611/291 6-07	RAPHAELA PEREZ MAFRA BARRETO	MADRID	Mestrado	2018	Prof. Dr. Gustavo Barbosa de Mesquita Batista, Prof. Dr. Newton de

					Oliveira Lima e Prof. Dr. Romulo RhemoPalit ot Braga
24. 23074.044753/201 7-15	MELANIE CLAIRE FONSECA MENDOZA	SERVILLA	Mestrado	2018	Prof. Dr. Gustavo Barbosa de Mesquita Batista, Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima e Prof. Dr. Romulo RhemoPalit ot Braga.
25. 23074.044750/201 7-81	LUIZ MATHIAS ROCHA BRANDÃO	SERVILLA	Mestrado	2018	Prof. Dr. Gustavo Barbosa de Mesquita Batista, Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima e Prof. Dr. Romulo RhemoPalit ot Braga.
26. 23074.040637/201 7-27	SAYURI ARAGÃO FUJISHIMA	MINHO	Mestrado	2018	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
27. 23074.070105/201 4-71	PAULA DE CASTRO SILVEIRA	Lisboa	Mestrado	2018	Maria Creusa de Araújo Borges Newton de Oliveira

					Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
28. 23074.016101/201 4-48	VALTENIO PAES DE OLIVEIRA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
29. 23074.059312/201 5-56	PEDRO LUIS DA SILVA PINTO	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
30. 23074.027793/201 4-50	DAHIANA SILMAN CARVALHO DA COSTA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
31. 23074.025743/201 5-19	LEILAH LUAHND GOMES DE ALMEIDA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
32. 23074.031543/201	ELMAN FONTES	Museo Social	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima

6-86	NASCIMENTO	Argentino			Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
33. 23074.029391/201 4-90	PATRÍCIA LEAL MIRANDA DE AGUIAR	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
34. 23074.046800/201 6-84	DANILO PIRES ATALA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
35. 23074.029533/201 6-81	MARÍLIA CENTENO DA MATTA E SILVA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
36. 23074.026017/201 4-32	IONETE DE MAGALHÃES SOUZA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo

					Godinho
37. 23074.052698/201 7-37	TASSYLA QUEIROGA SOUSA E SILVA	Lisboa	Mestrado	2018	Maria Creusa de A. Borges Newton de Oliveira Lima Romulo RhemoPalit ot Braga
38. 23074.041332/201 6-51	ALCIONE MARIA DE ARAÚJO DONIDA	Museo Social Argentino	Doutorado	2018	Newton de Oliveira Lima Gustavo Barbosa de Mesquita Batista Adriano Marteleteo Godinho
39. 23074.037796/201 7-44	FABIO VINÍCIUS MAIA TRIGUEIRO	Coimbra	Mestrado	2018	Ana Paula Basso Fernando Joaquim Ferreira Maia Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
40. 23074.032253/201 3-63	DAIANE CSAS MARANGONI	Roma	Mestrado	2019	Luciano do Nascimento Silva Leonam Baesso da Silva Liziero Jailton Macena de Araújo
41. 23074.060891/201 9 - 11	MARIO WINICIUS CARNEIRO DE MEDEIROS	Lisboa	Mestrado	2019	Leonam Baesso da Silva Liziero João Batista Moreira Pinto

					Gustavo Barbora de Mesquita Batista
--	--	--	--	--	--